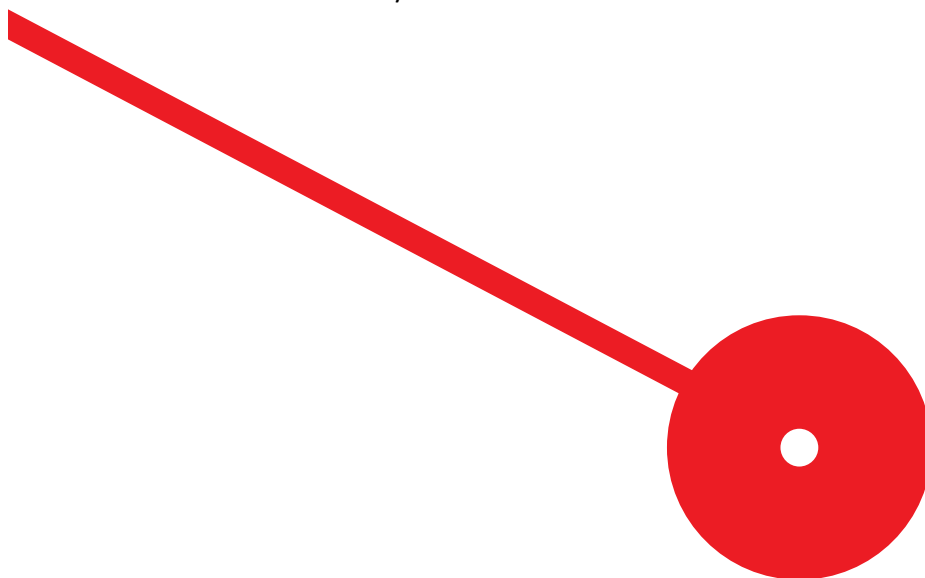




A contribuição da auditoria  
interna para a minimização  
do risco de fraude nas  
organizações  
António Da Cunha

NOVEMBRO/2023



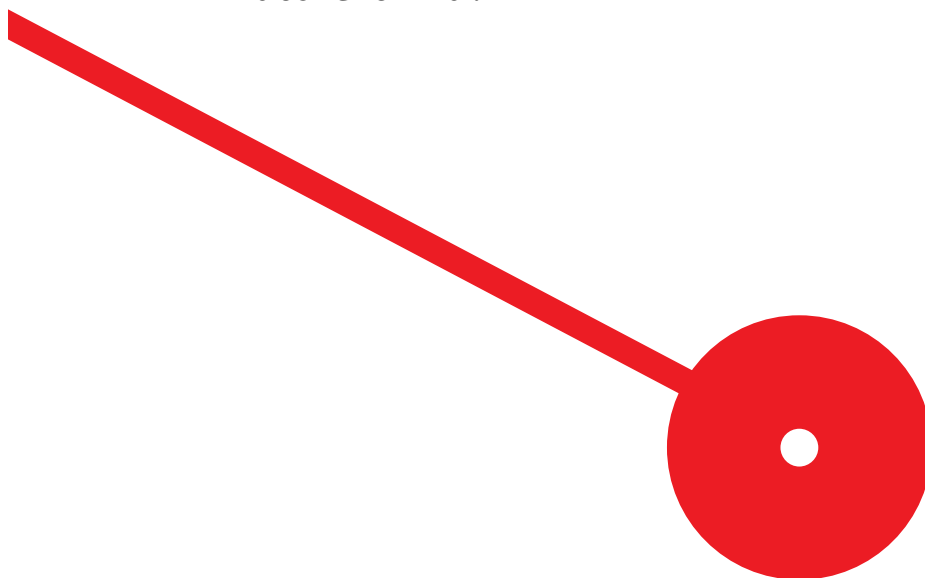


A contribuição da auditoria  
interna para a minimização do  
risco de fraude nas organizações  
António Da Cunha

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias e da Professora Doutora Maria de Lurdes Vasconcelos Babo e Silva.**

António Da Cunha . A contribuição da auditoria interna para  
a minimização do risco de fraude nas organizações

Novembro/2023



## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação foi conseguida graças ao apoio e motivação incondicional de algumas pessoas, sem as quais este projeto não seria possível executar.

Deste modo, quero manifestar a minha gratidão a todos aqueles que permaneceram ao meu lado, fazendo tudo para me ajudar a concretizar este ciclo.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus familiares por estarem incondicionalmente do meu lado e me ajudarem a concretizar todos os meus objetivos;

À Doutora Maria de Lurdes Vasconcelos Babo e Silva, pela sua orientação, disponibilidade, atenção e compreensão que manifestou para a orientação deste trabalho.

À Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias, por todo apoio e disponibilidade, assim como pela sua dedicação ao longo deste percurso.

À Mónica Tavares pela ajuda, compreensão, incentivo e disponibilidade demonstrada ao longo deste percurso.

À toda a equipa de Conseco Portugal e em particular à Carlos Pedro e Natália Pedro, por todo apoio, disponibilidade e compreensão.

À minha colega e companheira, Márcia Senda, pelo apoio e encorajamento ao longo deste percurso.

À todos os meus amigos, por todo apoio e carinho com que sempre me presentearam.

Por fim, um agradecimento à todas as pessoas que, amavelmente responderam ao meu questionário.

À todos, um muito obrigado!

## **Resumo:**

A evolução do mercado empresarial tem contribuído para o aumento do risco de fraude, uma realidade constante em todas as organizações, independentemente do setor de atividade, da natureza do negócio ou ainda do tamanho da organização.

A fraude, sendo ato intencional cometido por pessoas vinculadas à administração, tem merecido uma atenção especial por parte dos gestores nas últimas décadas, devido ao impacto negativo que ela possa ter na organização. A fraude põe em causa a credibilidade e a reputação da organização e, conseqüentemente, a perda de confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras e *stakeholders*.

A presente dissertação tem como objetivo avaliar a forma como a auditoria interna pode contribuir para a minimização dos riscos de fraudes nas organizações, com enfoque nos instrumentos que auxiliam a auditoria interna na gestão dos riscos de fraude. A auditoria interna desempenha um papel crucial na deteção e prevenção dos riscos de fraudes e outras irregularidades, permitindo dessa forma às organizações alcançarem os seus objetivos.

Para que o objetivo deste trabalho seja alcançado, inicialmente foi realizado uma pesquisa literária para aprofundar os principais conceitos sobre auditoria e em particular, sobre auditoria interna, controlo interno, gestão do risco e fraude. Em seguida, procedeu-se a elaboração de um questionário destinado aos profissionais de auditoria e áreas relacionadas com o tema, ao qual foi obtido 104 respostas. Foi, então, elaborada uma análise estatística descritiva, na qual foi evidenciada graficamente a opinião dos inquiridos face às perguntas de investigação. Posteriormente, através da análise das respostas relativas às perguntas, foi apresentada as principais conclusões relativamente a cada pergunta e hipótese de investigação. Por fim, tornou-se evidente que a totalidade das hipóteses de estudo foram validadas, o que deu origem a uma conclusão favorável no que respeita o contributo da Auditoria Interna para a minimização dos riscos de fraudes nas organizações

**Palavras chave:** Gestão de Risco, Fraude, Auditoria Interna, Controlo Interno

## **Abstract:**

The evolution of the business market has contributed to increase the risk of fraud, which is a constant reality in all organisations, independently of the sector of the activity, the nature of the business or the size of the organisation.

The fraud, as an intentional act committed by people from the management, has been given special attention by managers in recent decades due to the negative impact that it can bring on the organisation. The fraud compromises the credibility and the reputation of the organisation, and consequently the loss of confidence of the users of the financial statements and the stakeholders.

The aim of this dissertation is to evaluate how internal auditing can contribute to mitigate the risks of fraud in the organisations, focusing on the tools that help internal auditing on the management of the risk of fraud. The internal auditing plays a crucial role in detecting and preventing the risks of fraud and other irregularities, thus enabling the organisations to achieve their objectives.

To achieve the aim of this study, a literary review was initially performed to explore the main concepts of auditing, specifically internal auditing, internal control, risk management and fraud. A questionnaire was then drawn up for audit professionals and related areas; to which 104 responses were received. A descriptive statistical analysis was then carried out, graphically showing the respondents' opinions on the research questions. Subsequently, by analysing the answers to the questions, the main conclusions regarding to each research question and hypothesis were presented. Finally, it became clear that all the study hypotheses were validated, which led to a positive conclusion regarding to the contribution of Internal Auditing to mitigate the risk of fraud in the organisations.

**Key words:** Risk Management, Fraud, Internal Audit, Internal Control



# Índice geral

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – A auditoria interna .....</b>	<b>4</b>
1 Auditoria interna .....	5
1.1 A origem e a evolução da auditoria .....	5
1.2 Definição de auditoria interna .....	6
1.3 Função da auditoria interna .....	8
1.4 A importância da auditoria interna na organização .....	11
1.5 O normativo da auditoria interna .....	12
1.5.1 Normas da auditoria Interna .....	12
1.5.1.1 Normas de atributo .....	13
1.5.1.2 As normas de Desempenho .....	13
1.6 Responsabilidade do Auditor .....	14
1.7 A Auditoria Interna e a Fraude .....	14
<b>Capítulo II – Controlo interno .....</b>	<b>16</b>
2 Controlo interno .....	17
2.1 Conceito e objetivos do controlo interno .....	17
2.2 Componentes do controlo interno .....	19
2.2.1 Ambiente de Controlo .....	19
2.2.2 Avaliação do risco .....	20
2.2.3 Atividade de controlo .....	20
2.2.4 Informação e comunicação .....	21
2.2.5 Monitorização de controlos .....	21
2.3 Técnicas e tipos de controlo .....	21
2.4 A importância e o contributo do CI para a AI .....	22
2.5 As limitações do Controlo Interno .....	23
2.6 A Lei Sarbanes – Oxley .....	24

<b>Capítulo III – Fraude e a Gestão do risco .....</b>	<b>26</b>
3 Fraude e a gestão do risco .....	27
3.1 Fraude .....	27
3.1.1 Tipos de fraudes .....	28
3.1.2 Motivação para fraude .....	29
3.1.2.1 Triângulo da fraude .....	29
3.1.2.2 Diamante da fraude .....	30
3.2 Gestão de risco .....	31
3.2.1 Conceito .....	31
3.2.2 Tipos de riscos .....	32
3.2.3 Modelos de gestão de risco .....	32
3.2.3.1 A norma ISO 31000 - Gestão de Risco – Princípios e linhas de orientação.....	33
3.2.3.2 O COSO-Enterprise Risk Management – Integrated with Strategy and Performance .....	37
3.2.4 Fases do processo de Gestão de Risco .....	40
3.2.4.1 Identificação do risco .....	40
3.2.4.2 Avaliação chaves de risco .....	41
3.2.4.3 Priorização dos riscos.....	41
3.2.4.4 Monitorização dos riscos .....	41
<b>Capítulo IV – Metodologia de investigação.....</b>	<b>42</b>
4 Metodologia de investigação .....	43
4.1 Formulação do problema .....	44
4.2 Hipóteses e perguntas de investigação .....	45
4.3 Modelo de análise .....	48
4.4 Instrumento de recolha de dados .....	49
4.5 População e amostra .....	50
<b>Capítulo V – Análise e discussão de resultados.....</b>	<b>52</b>

5	Apresentação e análise dos resultados .....	53
5.1	Estatística Descritiva .....	53
5.1.1	Caraterização do inquirido e da empresa .....	53
5.1.2	A auditoria interna .....	57
5.1.3	Controlo interno .....	64
5.1.4	Fraude e gestão de risco .....	71
5.1.5	Validação do modelo .....	75
	<b>Capítulo VI – Conclusão .....</b>	<b>82</b>
6	Conclusão .....	83
	<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>85</b>
	<b>Apêndices.....</b>	<b>88</b>
	Apêndice I – Questionário .....	89
	.....	89
	Apêndice II – Tabela de Concordâncias .....	97

## Índice de Figuras

Figura 1 - Posicionamento do Departamento de AI na organização .....	8
Figura 2 - Funções da AI .....	9
Figura 3 - Normas de atributo .....	13
Figura 4 - Normas de Desempenho .....	13
Figura 5 - Cubo do COSO (2013).....	19
Figura 6 - Árvore da fraude .....	29
Figura 7 - Triângulo da Fraude .....	29
Figura 8 - Diamante da fraude .....	30
Figura 9 - Princípios de gestão de riscos .....	34
Figura 10 - Relação entre as componentes da estrutura de gestão de risco .....	35
Figura 11- Processo de Gestão de risco .....	36
Figura 12 - COSO – ERM ou COSO II.....	38
Figura 13 - COSO –ERM – Integrating with Strategy and Performance .....	39
Figura 14 - Relação entre perguntas de investigação .....	48

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Relação entre as perguntas de investigação e as hipóteses em análise.....	47
Tabela 2 - O contributo da AI para a organização .....	59
Tabela 3 - A independência do auditor interno e o desempenho dos gestores do topo e do órgão de administração .....	60
Tabela 4 - A AI e a planificação estratégica .....	62
Tabela 5 - A AI e a criação de valor .....	63
Tabela 6 - Importância das funções da AI .....	64
Tabela 7 - O CI e os objetivos organizacionais .....	67
Tabela 8 - - O CI é fundamental para os trabalhos da AI .....	68
Tabela 9 - O CI e a mitigação dos riscos de fraudes .....	69
Tabela 10 - A implementação do manual do CI e a criação de valor para a organização .....	70
Tabela 11 - Confirmação da H1 .....	78
Tabela 12 - Confirmação da H2.....	79
Tabela 13 - Confirmação da H3.....	80
Tabela 14 - Confirmação do modelo de análise .....	81

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Género .....	54
Gráfico 2 - Idade .....	54
Gráfico 3 - Nível de Escolaridade .....	54
Gráfico 4 - Área de formação .....	55
Gráfico 5 - Função/Cargo .....	55
Gráfico 6 - Experiência profissional (em anos).....	56
Gráfico 7 - Setor de atividade .....	56
Gráfico 8 – Volume de negócio .....	57
Gráfico 9 - Mercado.....	57
Gráfico 10 - Existência de Departamento de Auditoria.....	58
Gráfico 11 - Área de atuação da AI .....	58
Gráfico 12 - O contributo da AI para a organização (valores agregados) .....	60
Gráfico 13 - A independência do auditor interno e o desempenho dos gestores do topo e do órgão de administração (valores agregados).....	61
Gráfico 14 - A AI e a planificação estratégica (valores agregados) .....	62
Gráfico 15 - A AI e a criação de valor (valores agregados) .....	63
Gráfico 16 - - O CI e os objetivos organizacionais .....	64
Gráfico 17 - Existência de um SCI .....	65
Gráfico 18- Forma de aplicação do CI .....	65
Gráfico 19 - Técnicas de CI.....	66
Gráfico 20 - Área de atuação do CI .....	66
Gráfico 21 - Anexo da Tabela 8 - Confirmação da H1 .....	68
Gráfico 22 - O CI é fundamental para os trabalhos da AI (valores agregados).....	69
Gráfico 23 - O CI e a mitigação dos riscos de fraudes (valores agregados).....	70
Gráfico 24 - A implementação do manual do CI e a criação de valor para a organização .....	71
Gráfico 25 - Motivos de fraude .....	72
Gráfico 26 - Exposição aos riscos .....	72
Gráfico 27 - Ferramentas de gestão de risco .....	73
Gráfico 28 - A implementação da Norma ISO 31000 na organização .....	74
Gráfico 29 - O COSO – ERM- Integrating with Strategy and Performance e a gestão do risco de fraude.....	74

## **Lista de abreviaturas**

AI - Auditoria Interna

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants

CI - Controlo Interno

COSO - The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

DF - Demonstrações Financeiras

ERM - Enterprise Risk Management

EUA - Estados Unidos de América

IFAC - International Federation of Accounts

IIA - The Institute of Internal Auditors

IPAI - Instituto Português de Auditores Internos

ISA - International Standards on Auditing

ISSO - International Standard Organization

OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board

SCI - Sistema de Controlo Interno

SEC - Securities and Exchange Commission

SOX - Sarbanes Oxley Act

TOC - Técnico Oficial de Contas

US - United State



A rápida evolução do mercado empresarial resultante da internacionalização das empresas, contribuiu significativamente para o aumento de fraudes nas organizações, independentemente do seu setor de atividade, natureza do seu negócio ou tamanho.

Segundo Cordeiro (2013), as fraudes são atos intencionais de pessoas vinculadas à administração, que provocam distorções na apresentação das demonstrações financeiras, por meio de alterações de registos ou documentos, má aplicação de políticas contabilísticas. As fraudes podem ocorrer de diversas formas e em diferentes proporções, independentemente do tamanho da organização e da natureza do seu negócio.

Após vários escândalos financeiros cometidos contra as empresas e que tiveram impactos diretos na economia mundial, a gestão de risco de fraude tem merecido cada vez mais uma atenção especial por parte dos gestores. Os seus efeitos/impactos negativos, põem em causa a reputação das organizações e a perda de confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras e *stakeholders*.

Face ao exposto, a auditoria interna representa um instrumento crucial na deteção e prevenção das fraudes e outras irregularidades que possam ocorrer na organização permitindo-lhe acompanhar e verificar melhor a veracidade das demonstrações financeiras e dos procedimentos dos controlos internos por ela instituído.

A auditoria interna, sendo uma atividade independente, apoia as organizações na consecução dos seus objetivos organizacionais através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação e melhoria da eficácia nos processos de gestão de risco, controlo e governação, acrescentando, deste modo, valor à organização. Dada a importância que tem a AI na gestão de risco de fraude nas organizações, é necessário compreender quais são os instrumentos adequados para mitigar tais riscos e a forma como devem ser utilizados com eficácia e eficiência.

O objetivo desta dissertação visa destacar instrumentos que permitam minimizar os riscos de fraude nas organizações, permitindo-as alcançar os seus objetivos, ou seja, ***de que forma a auditoria interna pode contribuir para a minimização dos riscos de fraudes nas organizações***. Para esse efeito, este trabalho será estruturado em seis capítulos, sendo os três primeiros consagrados à revisão da literatura.

O primeiro capítulo é dedicado à auditoria, onde fazemos uma breve alusão histórica sobre a sua evolução e em seguida fazemos um enquadramento teórico da

auditoria interna, a sua importância na organização, as normas da auditoria, e as responsabilidades do auditor na identificação e prevenção de fraudes.

O segundo capítulo dedica-se ao controlo interno, onde são analisados os diferentes modelos de controlo interno, os seus componentes, a sua importância e o seu contributo para a auditoria interna e as suas limitações, e em seguida, vamos analisar a Lei Sarbanes - Oxley (Lei SOX).

No terceiro capítulo abordamos o conceito da fraude, os diferentes tipos de fraude e as motivações para fraude. Em seguida, vamos conceitualizar a gestão de risco, tipos e modelos de gestão do risco à luz das normas internacionais: Norma ISO 31000:2009 e 31000:2018 e COSO –ERM. Por fim, focaremos as diferentes fases do processo de gestão de risco.

Abordamos ao longo do quarto capítulo a metodologia de investigação a ser adotada para a presente dissertação, a formulação da problemática do estudo assim como as perguntas de investigação e as suas respetivas hipóteses. Em seguida, definimos o modelo de análise e a construção do inquérito. Por último, definimos a população alvo e a amostra em estudo, o instrumento de recolha de dados que vai permitir avaliar o modelo de análise criado.

Apresentamos no quinto capítulo a discussão dos resultados obtidos no presente trabalho de investigação.

No último capítulo são feitas as conclusões finais da revisão da literatura e do estudo empírico. Serão apresentadas as limitações encontradas e as possíveis contribuições para estudos futuros.

## **CAPÍTULO I – A AUDITORIA INTERNA**

---

# 1 Auditoria interna

A necessidade de verificar as informações financeiras e contabilísticas estabelecidas pelas empresas fez-se sentir desde muito cedo, envolvendo uma auditoria às contas. Inicialmente, a auditoria era uma simples verificação das contas anuais das empresas, a fim de detetar os erros e fraudes, mais tarde, precisamente no século XIX é que esta palavra foi usada para designar diferentes missões, uma das outras.

Neste capítulo abordamos a origem e a evolução da auditoria, e em seguida fazemos um enquadramento teórico da auditoria interna, a sua importância na organização, a sua relação com as fraudes e as responsabilidades do auditor na identificação e prevenção de fraudes.

## 1.1 A origem e a evolução da auditoria

Etimologicamente, a palavra auditoria deriva-se do latim, *audire*, que significa ouvir, em português. A auditoria tem a sua origem nas antigas civilizações da Grécia, Egito e China cuja função é de detetar e responsabilizar funcionários por fraude e corrupção, Alves (2015).

Foram criadas na Inglaterra agências durante a idade média para certificarem que as receitas e as despesas da coroa inglesa eram adequadamente contabilizadas. Durante o mesmo período, na Florença, Itália, se encontram referências à atividade de auditoria para verificarem os bens transportados pelos navios que chegavam ao porto.

A produção em massa durante a revolução industrial, no início na década de 1840, em Inglaterra, obrigou a que as unidades de produção fossem de grandes dimensões, com avultados investimentos em instalações e máquinas, cujo o financiamento foram igualmente enormes. Nesta época, o tecido empresarial já não favorecia que esta atividade fosse gerida individualmente por gerentes que não tinham de responder perante acionistas. Deste modo, e para dar garantia aos acionistas sobre o retorno sobre os seus investimentos, surgiu a necessidade de haver a auditoria a fim de *verificar a credibilidade das demonstrações financeiras apresentadas pelos gestores*.

Após a crise financeira de 1929 nos EUA, observou-se um rápido crescimento económico impulsionado pelo investimento em empresas e que deu origem à separação entre os acionistas e as funções de gestão. No entanto, a necessidade de garantir o fluxo

de capitais proveniente de investidores obrigou a que se proporcionasse credibilidade às contas das empresas através de uma declaração dirigida principalmente aos acionistas atestando que as mesmas representavam de forma verdadeira a sua posição financeira, Alves, (2015). Nesta altura, o objetivo primordial da auditoria era *fornecer uma garantia relativamente a credibilidade das demonstrações financeiras e a posição financeira da empresa.*

O aumento das dimensões das empresas nas décadas de 1960 aumentou também o número e a complexidade das transações. Para sanar esse problema, foi dada maior importância ao sistema contabilístico e de controlo interno, o qual passou a ser examinado e testado, permitindo a redução do número e da dimensão dos testes substantivos aos saldos das contas, graças a utilização dos procedimentos analíticos nas áreas suscetíveis de conterem erros e distorções. O objetivo da auditoria nesta altura não se limitava apenas *a emissão de um parecer sobre a validade dos saldos das contas mas também a apreciação dos procedimentos operacionais da empresa.*

De forma resumida, a auditoria desenvolveu-se em paralelo com a emergência da empresa moderna, em três fases históricas:

- ✓ Até o final do século XIX, o objetivo da auditoria era principalmente orientado para a busca de fraudes e erros, através de uma verificação detalhada/exaustiva dos documentos contabilísticos;
- ✓ A partir do século XX, o objetivo da auditoria era a emissão de um parecer sobre a credibilidade/validade das DF's ;
- ✓ Já depois dos meados do século XX, o propósito declarado da auditoria não se limitava apenas a emissão de um parecer sobre a validade das DF's, mas também sobre avaliação dos procedimentos operacionais da empresa.

## **1.2 Definição de auditoria interna**

Num contexto de procura de maior rigor em relação as normas e procedimentos definidos, a AI é vista como um instrumento que proporciona maior eficiência e eficácia à gestão. Neste sentido, a auditoria pode ser entendida como o processo de avaliação e acumulação de provas sobre uma certa matéria, tal como, informação financeira ou não financeira, conduta das operações, procedimentos, cumprimento das leis ou

regulamentos, entre outros, no sentido de determinar e relatar sobre o seu grau de correspondência com os critérios estabelecidos para a mesma.

A AI está estruturada em procedimentos com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios, Conselho Federal de Contabilidade (2003).

De acordo com o IPAI (2019), a AI é um departamento, divisão, equipa de consultores, ou outro (s) praticante (s), que fornecem serviços independentes e objetivos de garantia e de consultoria, destinados a acrescentar valor e melhorar as operações da organização. “A AI é uma atividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria de eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação”, IIA (2009).

Segundo Alves (2015), a AI é uma atividade da própria entidade, independente das atividades auditadas, de avaliação e melhoria dos *processos de gestão de risco, de controlo interno e de governação*. As atividades de AI envolvem ainda verificações da legalidade, investigações forenses, a revisão de sistemas complexos, a avaliação das operações e do planeamento, a avaliação da qualidade, ou mesmo a revisão das demonstrações financeiras.

Na verdade, a AI não se limita apenas aos aspetos contabilísticos e financeiros, ele inclui outros aspetos chave da área de gestão, como atividades operacionais das organizações.

A independência e o acesso direto aos gestores do topo e ao órgão de administração são condições/requisitos fundamentais que permitem ao AI cumprir com as suas responsabilidades de forma imparcial.

De acordo com Sousa (2016), a missão do IIA é a de conceder aos seus membros capacidades e conhecimentos suficientes para que a sua função seja executada de forma harmoniosa em todos os países que a representam.

A AI abrange os serviços de garantia e os serviços de consultoria entendendo-se que, IIA (2009):

- ✓ os serviços de garantia traduzem-se numa avaliação independente dos processos de governação, de gestão de risco e de controlo.
- ✓ os serviços de consultoria, de natureza consultiva, são realizados a pedido do cliente, tendo o mesmo objetivo de acrescentar valor e de melhorar os processos de governação, de gestão de risco e de controlo da organização.

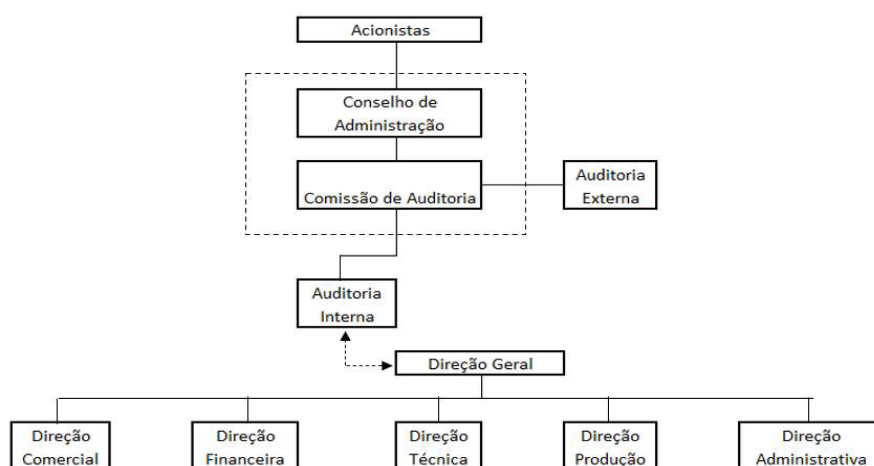


Figura 1 - Posicionamento do Departamento de AI na organização

Fonte: Adaptado de Morais & Martins (1999)

### 1.3 Função da auditoria interna

Como foi exposto anteriormente, as pessoas (acionistas, utentes e outros) deixam de poder elas próprias controlar diretamente o seu dinheiro ou investimentos e as políticas e diretivas a ser aplicadas à medida que aumenta a dimensão e complexidade das sociedades e organizações humanas, por um lado, e a especialização da economia, por outro lado.

As informações produzidas por estas organizações, seja para efeitos internos, seja para efeitos externos, interessam aos seus acionistas e ao público em geral na tomada de decisões económicas (investimento, financiamento ou fornecimento). Não obstante, os acionistas e utentes precisam de acreditar na informação prestada, que deve refletir a realidade da organização que a presta, relativamente a sua posição financeira e os seus resultados.

Foi neste contexto que surgiu a necessidade de recorrer a AI cuja a função consiste em garantir e atestar:

- a credibilidade dos DF's;
- os dados sobre os resultados das operações;
- o uso económico e eficiente dos recursos;
- a conformidade com as leis e regulamentos.

Por outro lado, esta necessidade emerge também de fatores morais, tais como a necessidade de evitar que os recursos sejam usados em benefício pessoal dos gestores, ou sanar a impossibilidade dos interessados exercerem uma supervisão direta, por afastamento relativamente às operações ou por falta de conhecimentos técnicos para o efeito, ou ainda para reduzir possibilidade de ocorrência de erros que prejudiquem a vida das pessoas ou ponham em risco as próprias entidades, Alves (2015).

Como podemos ver na figura abaixo, as atividades de avaliação conduzida pela AI incidem sobre diversas áreas chave dentro da organização, como áreas de gestão, controlo interno, governação e operacional. Depois da análise das respetivas áreas, a AI em colaboração com os gestores da organização na deteção das vulnerabilidades, elabora o seu relatório de auditoria onde revela as fraquezas, determina as causas, avalia as consequências e encontra soluções, sugestões e recomendações que contribuam para a realização dos objetivos da organização.

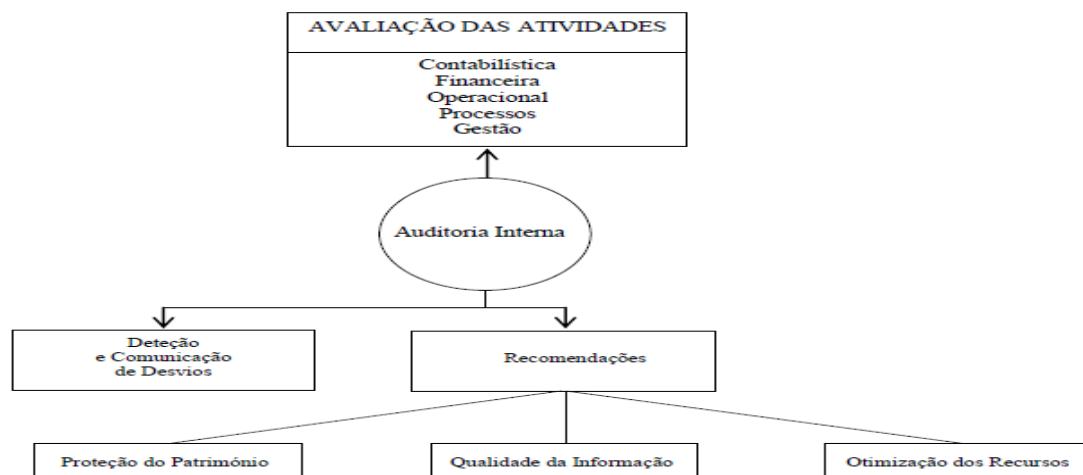


Figura 2 - Funções da AI  
Fonte: Morais & Martins, 2013

As atribuições/funções da AI segundo Morais & Martins (2013), são:

- Examinar e verificar a razoabilidade, a suficiência e aplicação dos controles contabilísticos, financeiros, operacionais, processos de gestão, promovendo um controlo eficaz e um custo razoável – relação custo/benefício, com base na avaliação do risco;
- Verificar até que ponto os ativos da entidade estão justificados e livres de ónus e se os processos de governação são adequados;
- Avaliar a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido pelos funcionários;
- Recomendar melhorias no sistema.

Teixeira (2006), salienta que o objetivo principal da função da AI funciona como um “sócio estratégico de gestão”, que lhe permita servir de assessor e consultor da mesma na identificação dos riscos e propor possíveis estratégias de ação que permitam a instituição uma melhoria de performance.

A AI tem uma visão proativa que não se limita apenas a avaliação, análise e diagnóstico, mas também à implementação de soluções e medidas corretivas, certificando-se que a sua aplicação incrementará na criação de valor, Pinheiro (2005). Segundo o mesmo autor o objetivo principal da AI é o de auxiliar a empresa e todos os níveis de gestão no cumprimento das suas responsabilidades no que diz respeito à promoção de sistemas de controlo interno adequados que visam a melhoria da performance e do desenvolvimento sustentável da empresa. Assim, a AI visa diversos aspetos como:

- Analisar e avaliar a segurança, adequação e aplicação de todos os sistemas de controlo;
- Verificar o nível de concordância com as políticas estabelecidas, planos e legislação relevante;
- Determinar a eficácia com que os ativos estão salvaguardados;
- Verificar a exatidão e a segurança da informação estratégica para a gestão;
- Analisar as operações do ponto de vista da economia, eficácia e eficiência.

A AI acrescenta valor à organização quando contribui para a eficácia e eficiência dos processos de gestão de risco, do controlo interno e da governação, por um lado, e, por outro lado, quando oferece uma garantia objetiva e relevante quanto à realização dos objetivos estratégicos da organização. Deste modo, podemos concluir que as atividades

da AI devem proporcionar melhorias significativas para a organização, permitindo-lhe um maior grau de deteção, gestão e mitigação dos riscos de fraudes e erros, entre outros.

#### **1.4 A importância da auditoria interna na organização**

A necessidade de criação do departamento da AI numa organização se justifica pela sua importância, pois contribui para a sobrevivência das organizações, no sentido em que a sua participação na gestão operacional não se limita apenas na fiscalização dos processos do controlo interno instituídos pela organização.

A AI constitui uma função de apoio à gestão e, além de ser importante, tornou-se imprescindível no mundo empresarial atual, visto que auxilia as empresas na obtenção de eficiência e eficácia dos processos e recursos internos, Pamponet (2009). Deste modo, podemos acrescentar que a AI desempenha um papel de grande importância para a gestão das organizações, visto que contribui na identificação das oportunidades, implementação de estratégias, elaboração de planos e identificação das ameaças para a consecução de resultados futuros.

A AI é de grande importância para as organizações, uma vez que ajuda a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, serve de ferramenta de apoio à gestão e transmite informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas, Almeida (2003). Sendo uma ferramenta de apoio à gestão, após cada missão de auditoria, os auditores desenvolvem recomendações, análises e comentários e acompanham a sua implementação, assegurando que as rotinas de controlos internos estejam em execução.

Deste modo, o papel do auditor é crucial no apoio ao sucesso das organizações, pois desempenha uma função de consultor e ajudante na identificação dos riscos, sendo que a sugestão de métodos e estratégias que possibilitem a melhoria do desempenho organizacional dentro do setor económico, Teixeira (2006).

## **1.5 O normativo da auditoria interna**

Para uma boa prática da AI, o IIA definiu normas e práticas recomendadas para o exercício da AI. Por outro lado, o IIA fornece também um enquadramento internacional para a auditoria que compreende, Alves (2015):

- A definição de AI que estabelece o seu principal objetivo, natureza e âmbito;
- O código de ética que estabelece os princípios e as expectativas que regem o comportamento dos indivíduos e das organizações na condução da AI, bem como os requisitos mínimos de conduta e comportamento esperados;
- As normas internacionais para a prática profissional da AI enquanto requisitos obrigatórios direcionadas para questões de princípios, que fornecem um enquadramento para o desempenho e promoção de AI;
- As tomadas de posições que proporcionam auxílio em matérias significativas de governação, risco ou controlo e na definição das funções e responsabilidades de AI;
- As práticas recomendadas que orientam os auditores internos na utilização da definição de AI, do código de ética e das normas e promovem boas práticas;
- Os guias práticos que proporcionam uma orientação detalhada para a condução das atividades de AI.

### **1.5.1 Normas da auditoria Interna**

De acordo com o IPAI, 2009, as normas podem ser entendidas como requisitos ou critérios obrigatórios para o exercício da AI e que tem por objetivo:

- Delinear os princípios básicos que representam a prática da AI;
- Fornecer um enquadramento para a promoção e a realização da AI;
- Estabelecer as bases para a avaliação do desempenho da AI;
- Contribuir para a melhoria dos processos organizacionais e operacionais das organizações.

As normas de AI estão divididas em:

### 1.5.1.1 Normas de atributo

As **normas de atributo** dizem respeito às características das organizações e das entidades ou indivíduos que exercem atividades de AI.

<b>Normas de atributo:</b> 1000-Propósito, autoridade e responsabilidade 1010-Reconhecimento da definição de auditoria interna, do Código de Ética e das Normas no Estatuto da Auditoria Interna 1100-Independência e objetividade 1110-Independência organizacional 1111-Interação direta com o conselho 1120-Objetividade individual 1130-Impedimentos à independência e objetividade 1200-Proficiência e adequado cuidado profissional 1210-Proficiência 1220-Cuidado profissional adequado	1230-Desenvolvimento profissional contínuo 1300-Programa de garantia de qualidade e aperfeiçoamento 1310-Requisitos do programa de garantia de qualidade e aperfeiçoamento 1311-Avaliações internas 1312-Avaliações externas 1320-Reporte sobre o programa de garantia de qualidade e aperfeiçoamento 1321-Utilização da expressão “em conformidade com as normas para a prática profissional da auditoria interna” 1322-Reporte de não conformidade
--	---

Figura 3 - Normas de atributo

Fonte: Elaboração própria baseada no IPAI (2009)

### 1.5.1.2 As normas de Desempenho

As **normas de desempenho** que dizem respeito à natureza da atividade da AI e à avaliação do seu desempenho mediante os critérios estabelecidos para esse efeito.

<b>Normas de desempenho:</b> 2000-Gestão da atividade de auditoria interna 2010-Planeamento 2020-Comunicação e aprovação 2030-Gestão dos recursos 2040-Políticas e procedimentos 2050-Coordenação 2060-Reporte aos gestores superiores e ao conselho 2100-Natureza do trabalho 2110-Governança 2120-Gestão do risco 2130-Controlo 2200-Planeamento do compromisso de auditoria 2201-Considerações sobre o planeamento 2210-Objetivo do compromisso 2220-Âmbito do compromisso 2230-Alocação dos recursos ao compromisso 2240-Programa do trabalho do compromisso	2300-Realização do compromisso 2310-Identificação da informação 2320-Análise e avaliação 2330-Documentação da informação  2340-Supervisão do compromisso 2400-Comunicação dos resultados 2410-Critérios para a comunicação 2420-Qualidade das comunicações 2421-Erros e omissões 2430-Utilização da expressão “ <i>conduzido em conformidade com as normas para a prática profissional da auditoria interna</i> ” 2431-Divulgação de não conformidade 2440-Divulgação dos resultados 2500-Monitorização do progresso 2600-Resolução da aceitação dos riscos pelos gestores superiores
---	---

Figura 4 - Normas de Desempenho

Fonte: Elaboração própria baseada no IPAI, 2009

## **1.6 Responsabilidade do Auditor**

A responsabilidade do auditor pode ser entendida como a obrigatoriedade moral, jurídica ou profissional de responder pelos seus atos em relação ao cumprimento de certas regras, funções ou atribuições, Peixoto (2018). Neste sentido, os serviços de auditoria devem dispor de profissionais que reúnam um conjunto de aptidões e características pessoais e comportamentais. O trabalho do auditor incumbe-o diversas responsabilidades, tais como: social, civil, contratual, disciplinar e criminal

Segundo Araújo (2016), a responsabilidade social resulta do dever de informar com qualidade todos os interessados no desenvolvimento da entidade, de forma a contribuir para o seu bem-estar. De acordo com o Art. 115 da lei nº140/2015 de 7 de setembro do estatuto da OROC, o parágrafo 1 sublinha que no exercício das funções de interesse público, os revisores oficiais de contas respondem perante as entidades às quais prestem serviços ou perante terceiros, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e em idênticas disposições legais relativas às demais empresas ou outras entidades, pelos danos que culposamente lhes causem. O parágrafo 2 conclui que fora do âmbito previsto no número anterior, os revisores oficiais de contas podem limitar a respetiva responsabilidade nos termos e condições previstos na lei civil.

A responsabilidade contratual resulta no incumprimento dos contratos e pode assumir também a natureza civil, criminal e disciplinar. Segundo o Art. 95º e 96º da lei 140/2015, de 7 de setembro, a responsabilidade disciplinar constitui um meio da profissão de punir comportamentos inadequados dos seus membros, a responsabilidade criminal consiste na necessidade de reparar perante a sociedade em geral através dos tribunais.

## **1.7 A Auditoria Interna e a Fraude**

A probabilidade de ocorrência de fraude tem aumentado nas últimas décadas devido à vários fatores, sendo necessário que as organizações compreendam quais as áreas mais expostas a estas fragilidades, e que implementem medidas adequadas para a mitigação de fraudes.

É cada vez mais importante que a Auditoria Interna assuma um papel estratégico e ativo na empresa. As próprias Normas Internacionais para a Prática Profissional de

Auditoria Interna (IPAI, 2009) fazem diversas referências a esta importância e ao seu papel fundamental na gestão do risco de fraude.

A AI deve permitir aos auditores internos avaliarem os riscos enfrentados por suas organizações, com base em planos de auditoria com testes apropriados. Os auditores internos precisam estar alertas aos sinais e possibilidades de fraude dentro da organização. Enquanto auditores direcionam seu foco a declarações enganosas nas demonstrações financeiras que são materiais, os auditores internos frequentemente se encontram em uma melhor posição para detectar os sintomas que acompanham fraudes.

A AI auxilia na dissuasão da fraude, através de exame e avaliação da adequação e a eficácia dos controles internos. Além disso, a AI ajuda o órgão de gestão na definição de medidas eficazes de prevenção de fraudes. A AI tem grande importância dentro da organização uma vez que serve de indicador do comprometimento da organização com a eficácia do controle interno e do gestão de riscos.

## **CAPÍTULO II – CONTROLO INTERNO**

---

## **2 Controle interno**

Ao longo deste segundo capítulo vamos definir o controle interno e em seguida vamos analisar os diferentes modelos de controle interno, os seus componentes, a sua importância e o seu contributo para a auditoria interna assim como as suas limitações e finalmente vamos falar do seu relacionamento com a Lei Sarbanes - Oxley (Lei SOX).

### **2.1 Conceito e objetivos do controle interno**

O CI desempenha um papel de extrema importância nas organizações através da sua contribuição para a consecução dos objetivos da entidade e pelo respeito das políticas e procedimentos estabelecidos pela organização. Importa salientar que o CI faz parte integrante de todas as atividades da organização uma vez que define e acompanha o funcionamento das mesmas e elabora recomendações necessárias para o seu aperfeiçoamento, garantindo, deste modo, o alcance dos resultados pretendidos.

Segundo Neves (TOC N°60670 06/2022), um CI forte pode ser considerado como uma das melhores defesas contra o insucesso do negócio e um importante condutor do desempenho do negócio. Acrescenta que um sistema contabilístico fiável deve assentar num SCI adequado e é só assim que se pode confiar na informação por ele gerada. Isto é, informações contabilísticas distorcidas podem levar a conclusões erradas e consequentes tomadas de decisões danosas para a empresa.

O CI é o processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca de consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, (ISA 315).

Segundo o IIA (2009), o CI pode ser definido como qualquer ação tomada pela gestão ou qualquer outra parte para gerir risco e aumentar a probabilidade de que os objetivos estabelecidos e as metas serão alcançadas. A gestão planeia, organiza e dirige o desempenho de ações suficientes para fornecer garantia suficiente que os objetivos e metas serão alcançados.

COSO (2007), define o CI como um processo dirigido pelo Conselho de Administração, pela Administração e pela globalidade dos funcionários de uma empresa com o objetivo de dar uma garantia razoável no que diz respeito à realização dos objetivos constantes nas diversas categorias, como a eficácia e a eficiência das operações, a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e os regulamentos.

De acordo com Pinheiro (2014), o CI é um conjunto de mecanismos ou práticas utilizadas para evitar ou detetar a atividade não autorizada na perspetiva da consecução dos objetivos traçados pela empresa.

É importante salientar que é da responsabilidade da gestão do topo pela conceção e implementação do SCI na organização. Neste sentido, a AI deve possuir conhecimentos sólidos sobre o SCI a fim de apoiar a gestão na avaliação da eficácia e eficiência do CI, cujo objetivo é o aperfeiçoamento contínuo dos mesmos.

Pinheiro (2014), acrescenta ainda que o CI deve fornecer a organização uma garantia razoável quanto a consecução dos seguintes objetivos organizacionais:

- A eficácia e eficiência das operações;
- A fiabilidade da informação financeira;
- A observância das leis e regulamentos.

O IIA (2020), definiu cinco princípios ou premissas para o CI:

- Conformidade com as leis, regulamentos, políticas e procedimentos em vigor;
- Concorrer para o alcance da estratégia e objetivos delineados;
- Confiança no SI;
- Gestão eficaz e eficiente dos recursos;
- Salvaguarda dos ativos.

O CI é vital para o desenrolar de todas as operações da empresa, e por conseguinte, para a sua sobrevivência e crescimento. As informações extraídas das diversas operações devem gerar resultados fidedignos e atempados, que por sua vez são o ponto de análise para a tomada de decisão do órgão de gestão, Neves ( TOC N°60670 06/2022).

## 2.2 Componentes do controlo interno

A vulnerabilidade das organizações e a sua exposição ao risco e outras ameaças têm aumentado nas últimas décadas devido a globalização das empresas. Para fazer face à esses desafios, as organizações foram levadas a adotar instrumentos que possam lhes ajudar à determinar o nível dessas incertezas e a forma como elas podem interferir no esforço para criação de valor para as organizações. Foi neste sentido que as cinco associações americanas criaram em 1985 o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) com objetivo de ajudar as organizações na deteção das referidas ameaças, e por conseguinte, o aperfeiçoamento dos seus CI.

Para representar o CI de uma empresa o COSO usou um modelo tridimensional (cubo do COSO) que contém cinco componentes na parte frontal, três objetivos no topo e a parte lateral direito é composta por quatro estruturas organizacionais. Deste modo, a dimensão que representa os componentes do CI é constituído por ambiente de controlo, avaliação de risco, atividades de controlo, informação e comunicação e a monitorização dos controlos. A dimensão dos objetivos é composta de operações, informação financeira e conformidade. E enfim, a estrutura organizacional é composta pelo nível da empresa, sua divisão, a unidade de negócios e o seu funcionamento.



Figura 5 - Cubo do COSO (2013)

Fonte: COSO, (2013)

### 2.2.1 Ambiente de Controlo

O ambiente de controlo constitui a base para criação de qualquer SCI, porque dele depende todas as atividades da empresa, modo de avaliação de risco, e as restantes componentes do cubo do COSO.

Segundo Almeida, (2017), o ambiente de controlo está relacionado com todas as áreas da organização e influencia o modo como o CI é visto pelos trabalhadores. Trata-se do pilar base em relação ao qual as outras componentes do CI se sustentam.

O ambiente de controlo é composto pelos seguintes elementos:

- Integridade e valores éticos;
- Filosofia de gestão e estilo operacional;
- Participação dos responsáveis pela governação;
- Compromisso com a competência;
- Estrutura organizacional;
- Atribuição de autoridade e responsabilidade;
- Política e práticas de recursos humanos;

### **2.2.2 Avaliação do risco**

A avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão que permite identificar, analisar e responder a esses riscos. As constantes mudanças no ambiente económico, industrial, legal e operacional obrigam as organizações a estarem atentas a essas mudanças e ao modo como elas podem influenciar os seus objetivos, Almeida, (2017).

### **2.2.3 Atividade de controlo**

São políticas, procedimentos e práticas estabelecidas pela organização para garantir que as diretrizes do órgão de gestão são levados a efeito. Deste modo, os controlos são considerado eficazes quando garantem a integridade e a segurança dos dados. Para esse efeito, a utilização das tecnologias de informação mostra-se indispensável para os controlos informáticos gerais, os controlos sobre a alteração de programas e os controlos aplicativos.

Segundo Pinheiro (2014), a atividade de controlo compreende as políticas e procedimentos que permitem garantir a observância das orientações da gestão, com o objetivo de minimizar os riscos inerentes ao exercício da atividade.

#### **2.2.4 Informação e comunicação**

Toda a informação relevante deve circular a todos os níveis da empresa e deve ser comunicada atempadamente à todos os intervenientes nos processos decisivos da organização.

Segundo Almeida (2017), um sistema de informação relevante para o processo de relato financeiro inclui o sistema contabilístico, e os procedimentos que permitam iniciar, contabilizar e comunicar transações da organização e manter os ativos devidamente salvaguardados.

#### **2.2.5 Monitorização de controlos**

O processo que permite a organização avaliar o funcionamento de todos os componentes do seu SCI com o objetivo de implementar as correções necessárias.

Almeida (2017), salienta que a monitorização dos controlos consiste numa supervisão regular dos mesmos, ou seja, é um processo que avalia o desempenho das componentes do CI ao longo do tempo. A monitorização fornece informação sobre o funcionamento efetivo e a eficácia dos CI, atuando como um estímulo à sua renovação ou à implementação de melhorias.

Contudo, o CI não fornece garantia acerca da fiabilidade da informação financeira da empresa e do cumprimento das leis e regulamentos, Pinheiro (2014).

### **2.3 Técnicas e tipos de controlo**

Segundo Morais (2007), existem cinco tipos de CI que podem ser abrangidos segundo o seu âmbito de aplicação:

- **Controlos preventivos:** são controlos *à priori* cujo objetivo é de impedir a ocorrência de fatos não desejados.
- **Controlos detetivos:** são controlos *à posteriori* aplicados para identificar erros ou irregularidades que já ocorreram na organização.

- **Controlos diretivos:** são controlos utilizados para que ocorram factos pretendidos, ou seja, servem para provocar ou encorajar a ocorrência de um facto desejável, isto é, para produzir efeitos positivos.
- **Controlos corretivos:** permitem a correção de problemas ocorridos e indesejados, como por exemplo, um relatório sobre artigos obsoletos ou uma lista de diferenças de inventário.
- **Controlos compensatórios:** são controlos que servem para compensar eventuais fragilidades existentes nos outros controlos.

## 2.4 A importância e o contributo do CI para a AI

O CI desempenha um papel de extrema importância nas organizações, visto que fornece, entre outros, uma garantia razoável quanto a realização dos objetivos estratégicos, a proteção dos ativos e a salvaguarda das transações. “Na ausência do CI na empresa, toda a gestão está comprometida e todas as metas previstas têm pouca viabilidade de se concretizarem. É sobre o balanço e demonstrações de resultados que o gestor analisa a situação da empresa, e informações distorcidas podem levar a conclusões erradas e prejudiciais para a gestão da empresa”, Lima (1985).

Segundo Almeida, 2017, “uma das tarefas mais importantes para o auditor é compreender o SCI de uma organização. O SCI é implementado pelo órgão de gestão com a finalidade de que as distorções materiais sejam prevenidas e no caso de ocorrerem sejam detetadas. O CI desempenha um importante papel na forma como o órgão de gestão aborda as suas responsabilidades de agência. Este órgão tem responsabilidade de desenvolver, implementar e manter um bom SCI que assegure que os ativos e que as transações sejam salvaguardadas, bem como as informações geradas por este sejam fiáveis para o processo de tomada de decisão”.

Neves (TOC N°60670 06/2022), salienta que é impossível criar uma empresa que não disponha de controlos, pois estes permitem a estabilidade das operações e informações inerentes.

Segundo Rodrigues, 2013, o controlo encontra-se associado a um conjunto de políticas e procedimentos que visam:

- Comparar o desempenho do SCI com as políticas e os objetivos estabelecidos pela empresa;
- Verificar o respeito pela adequação dos padrões e das normas em vigor;
- Resolver discrepâncias encontradas na empresa, através da identificação de desvios, da análise das causas e da apresentação de relatórios.

Face ao exposto por diferentes autores, podemos concluir que o CI contribui para o crescimento e sobrevivência das organizações. Um CI eficiente e eficaz reduz significativamente os trabalhos da auditoria e ajuda na detecção de fraudes e erros.

## **2.5 As limitações do Controlo Interno**

Vários fatores podem influenciar o bom funcionamento do SCI assim como a sua eficiência e eficácia, afetando deste modo, a segurança que os CI providenciam. O modelo COSO apesar de fornecer uma segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos estratégicos e organizacionais, possuem também suas limitações. Neste sentido, um dos fatores limitativos do CI é a componente económica, isto é, o custo/benefício que advém da sua implementação e monitorização, sobretudo, nas pequenas entidades. A relação custo/benefício também pode ser aplicada o fato de existência de maior probabilidade de fraude ou erros devido o elevado número e complexidade de transações recorrentes. Por outro lado, é mais complicado realizar a segregação de funções nas pequenas entidades do que nas entidades de grande dimensão.

O fator humano pode ser considerado como uma das componentes limitativas do CI. A falta de interesse da gestão do topo ou a falta da colaboração dos restantes intervenientes em todas as operações da organização ou a negligência destes podem comprometer a eficiência e a eficácia do CI. Por outro lado, a falta de compreensão das instruções existentes podem conduzir à erros ou fraudes, comprometendo assim a confiança e a integridade da informação.

O COSO (2013), afirma que os eventos e fatores externos constituem também uma limitação que impede que a estrutura de governação e administração obtenha uma segurança absoluta da realização dos objetivos da entidade.

## 2.6 A Lei Sarbanes – Oxley

Após uma série de escândalos financeiros ocorridos em várias sociedades americanas, foi promulgada em 2002 a Lei Sarbanes Oxley (também chamada Lei SOX), que se aplica a empresas americanas e internacionais com valores mobiliários registados na SEC (Securities and Exchange Commission), com o intuito de melhorar o processo de controlo interno das empresas, dando maior ênfase à prestação de contas aos acionistas e aos mercados.

A lei SOX estabelece mecanismos de controlo, auditoria e segurança que geram confiança nas empresas, definindo regras para a criação de comissões encarregados de supervisionar as suas atividades e operações de gestão, de modo a mitigar riscos de negócios, evitando a ocorrência de fraudes ou permitindo a sua deteção quando acontecem, garantindo, deste modo, um nível de transparência elevada na gestão das empresas.

A Lei SOX está dividida em onze capítulos, subdivididos em 69 secções. Entre as 69 secções, duas se destinam ao CI: a secção 302 e a secção 404. Segundo PCAOB (2002), a *secção 302* aborda a certificação dos controlos e procedimentos de divulgação, que pode ser trimestral ou anual, e responsabiliza os diretores executivos e os diretores financeiros no que diz respeito à declaração de efetivação dos mesmos. A *secção 404*, por sua vez, aborda a avaliação dos CI feitas pela gestão e estabelece que a responsabilidade da manutenção de CI sobre a informação dos relatos financeiros pertence à Gestão do topo. A gestão do topo da empresa deve emitir um relatório anual sobre a avaliação do CI relativamente a preparação das DF's. Deste modo, para que o SCI seja eficiente e proporcione segurança aos utilizadores da informação, é necessário que exista uma interação entre a Gestão, as áreas operacionais e os auditores da empresa, Montañés (2006).

A fim de supervisionar os processos de auditoria das empresas sujeitas à Lei SOX, foi criado, nesse sentido, o PAOB com a missão de definir as normas de auditoria, de controlo de qualidade, ética e independência relativamente aos processos de inspeção e a emissão dos relatórios. São previstas inspeções às empresas de auditoria para obrigá-las a cumprir as regras estabelecidas e estar sempre em harmonia com a SEC. Os auditores de empresas sujeitas a SOX deverão registrar-se no PCAOB.

A Lei SOX visa aumentar a confiabilidade das DF's bem como proteger os investidores. Esta lei tem como consequência a atribuição de uma maior responsabilidade dos gestores e dos principais responsáveis pelas DF's que é a base de uma economia próspera e de um mercado de capitais desenvolvido, Kulikova & Satdarova (2016).

## **CAPÍTULO III – FRAUDE E A GESTÃO DO RISCO**

---

### **3 Fraude e a gestão do risco**

Neste terceiro capítulo abordamos o conceito da fraude, os diferentes tipos de fraude e as motivações para ocorrência da fraude. Em seguida vamos conceitualizar a gestão de risco, tipos e modelos de gestão do risco a luz das normas internacionais: Norma ISO 31000:2018 e COSO – ERM. Por fim, vamos falar das diferentes fases do processo de gestão de risco.

#### **3.1 Fraude**

A fraude pode ser definida como ato intencional cuja a ocorrência pode ter consequências quanto ao alcance dos objetivos estratégicos da organização.

De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa, a fraude pode ser definida como ato de má-fé praticado com o objetivo de enganar ou prejudicar alguém; burla; engano; logração.

A Norma ISA 240 define fraude como sendo “um ato intencional praticado por um ou mais indivíduos entre a gerência, os encarregados da governação, os empregados ou terceiros, envolvendo o uso propositado de falsidades para obter uma vantagem injusta ou ilegal”.

O IPAI (2009), considera fraude como “quaisquer atos ilegais caracterizados pelo engano, encobrimento ou violação da confiança. Tais atos não dependem de ameaça de violência ou de força física. As fraudes são perpetradas por indivíduos e organizações para se apropriarem de dinheiros, bens ou serviços; para evitarem o pagamento ou perda de serviços; ou para obterem vantagens pessoais ou comerciais”.

O caráter intencional e voluntário é que distingue fraude do erro. O erro é um ato involuntário resultante de uma distorção da informação enquanto que a fraude é intencional e voluntário.

IFAC (2009), considera fraude como uma prática voluntária e intencional na qual se traduz numa alteração das DF's.

### 3.1.1 Tipos de fraudes

O auditor, para detetar e prevenir as fraudes que possam ocorrer nas organizações deve em primeiro lugar conhecer e compreender os vários tipos de fraudes que existem e os motivos da sua ocorrência.

De acordo com Dubis (2009), as fraudes se dividem em três tipos: apropriação indevida dos ativos, distorção das DF's e corrupção.

A **apropriação indevida de ativos** trata-se do uso abusivo ou até mesmo furto de ativos da empresa, Monteiro (2014).

A **distorção das DF's** traduz-se na alteração de informação nas DF's de forma fraudulenta.

A **corrupção** consiste na utilização do poder para favorecer o próprio ou terceiro, Wells (2009). Traduz-se em situações de conflito de interesse, suborno, gratificações ilegais ou extorsão económica, Monteiro (2014).

Joseph T. Wells, na sua obra intitulada "Fraude na empresa: Prevenção e deteção", apresenta a classificação completa da árvore de fraude, constituída por três categorias principais de fraude, já enumeradas por Dubis (2009). Segundo Wells (2009), a apropriação indevida de ativos inclui mais do que o furto ou desfalque, envolve o uso indevido de qualquer bem da empresa (dinheiro: furto, desembolsos fraudulentos e sonegação; inventários e todos os outros ativos) para benefício pessoal.

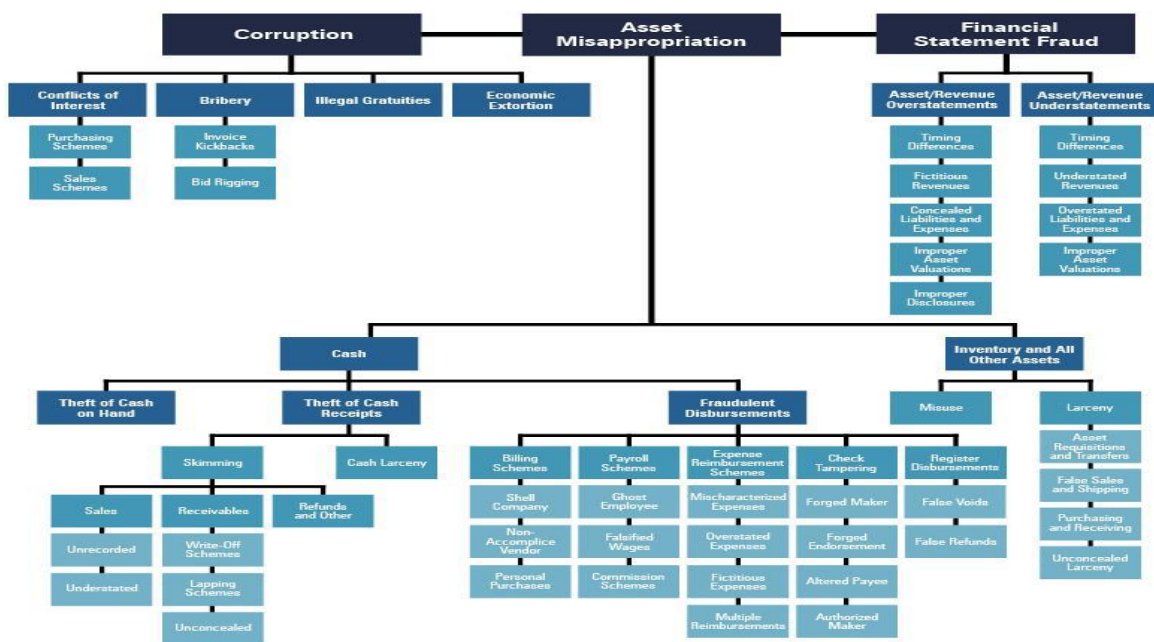


Figura 6 - Árvore da fraude

Fonte: Report to the Nation on Occupational Fraud and Abuse - 2014 Global Fraud Study

### 3.1.2 Motivação para fraude

Existem vários fatores que possam levar as pessoas a cometerem fraudes nas organizações. Elas podem ser cometidas por um ou mais indivíduos dentro da mesma empresa e ocupando uma posição de confiança e de boa fé, que a viola, utilizando-se de uma ação fraudulenta para enriquecimento pessoal.

#### 3.1.2.1 Triângulo da fraude

Segundo a ISA 240 (2009), a fraude envolve três condições descritas no Triângulo da Fraude, usados para compreender as motivações que levam a ocorrência de fraude. Donald Ray Cressey, (1953), considera que a fraude ocorre quando abrange uma necessidade financeira (pressão/incentivo), acesso impróprio de fundos (oportunidade) e a capacidade de justificar o ato (racionalização/atitude).



Figura 7 - Triângulo da Fraude

Fonte: Donald Ray Cressey (1953)

- **Pressão/Incentivo:** segundo a ACFE (2021), a pressão é a primeira a motivar a fraude, uma vez que, um indivíduo pode encontrar-se com problemas financeiros (pessoais ou profissionais) e não encontrando soluções legais para os ultrapassar, resolve ponderar suprir essas necessidades financeiras através de meios menos legais.

- **Oportunidade:** o defraudador apercebe-se da sua posição na organização como elemento de confiança que poderá ajudá-lo a resolver os seus problemas financeiros com um risco baixo de ser apanhado, ACFE (2021).
- **Atitude/Racionalização:** é a justificação que o fraudador consegue elaborar para justificar o seu ato, ou seja é a forma idealizada de executar a fraude julgando-a aceitável para alcançar seu intento.

### 3.1.2.2 Diamante da fraude

O modelo foi desenvolvido em 2004 por Wolfe e Hermanson dado a necessidade de mais componentes de explicação para a ocorrência de fraude, além dos três enumerados pelo triângulo da fraude, **a capacidade:** são as habilidades que um indivíduo tem para transformar as suas oportunidades em fraude, Monteiro (2014).



Figura 8 - Diamante da fraude

Fonte: Wolfe & Hermanson (2004)

Os autores concluíram que uma declaração financeira fraudulenta envolve grandes conhecimentos de contabilidade e habilidades específicas.

“Este modelo permite saber o que é necessário para minimizar as atividades fraudulentas, de forma a ajudar as organizações e auditores a criar um perfil mais completo da pessoa responsável pela fraude. Por esse motivo, é fundamental avaliar a capacidade dos responsáveis e obter conscientização e participação em programas internos antifraudes”, Madinabeitia (2014).

Depois de considerar estes modelos de fraude iremos considerar um fator que lhes permanece associado – o risco.

## 3.2 Gestão de risco

### 3.2.1 Conceito

O IIA, (2012) define o risco como a probabilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto sobre a concretização dos objetivos. O risco é medido em termos de *impacto e a probabilidade de ocorrência*. A norma ISO 31000, por sua vez, define o risco como sendo o efeito da incerteza sobre os objetivos delineados pela organização.

Segundo o COSO, (2004) o risco é a probabilidade de um evento ocorrer e afetar negativamente a realização dos objetivos definidos. Tais eventos podem resultar de fontes internas ou externas à organização e podem causar impactos positivos ou negativos. Deste modo, o COSO refere que os eventos que geram impactos negativos representam riscos que podem impedir a criação de valor ou mesmo destruir o valor existente. É neste sentido que a gestão do risco mereceu uma atenção especial dos gestores nas últimas décadas.

De acordo com IIA, (2017) a gestão de risco é o processo que visa *identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais situações ou eventos*, de modo a fornecer uma certeza razoável em relação ao cumprimento dos objetivos da organização. A gestão de riscos visa mitigar os riscos inerentes ao negócio da organização, definindo, deste modo, os controles necessários para que seja possível a referida redução e, por conseguinte, garantir o funcionamento adequado das atividades e processos da organização.

Pinheiro, (2014) afirma que a gestão de risco passa pela análise detalhada dos riscos subjacentes ao negócio e conseqüentemente, assenta em quatro fases: identificar, medir, priorizar e implementar ações corretivas. “A gestão do risco o admite que as empresas existem para gerar valor para os *stakeholders* e para as próprias,, o que se torna possível através da verificação, por parte da gestão, do nível de incerteza que a sua empresa consegue enfrentar”, Neves, (2018).

A gestão de risco, segundo o Instituto de Gestão de Risco de Londres, citado por Willsheer (2007), é um processo que pretende ajudar as organizações a compreender, avaliar e atuar sobre todos os seus riscos, para aumentar a probabilidade de sucesso e reduzir a de fracasso.

### 3.2.2 Tipos de riscos

De acordo com American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) citado por Hussein (2008), os riscos classificam-se em três grupos:

- ***Riscos relacionados com o ambiente empresarial***, que correspondem a ameaças do ambiente empresarial em que a entidade opera, como riscos decorrentes da atuação da concorrência, políticas legais ou decorrentes da ação de órgão de gestão reguladores e fiscalizadores, financeiros e de procura;
- ***Riscos relacionados com o processo de negócio e dos seus ativos***, nomeadamente ameaças ao negócio da organização pelos concorrentes e perdas de ativos, sejam físicos ou financeiros;
- ***Riscos relacionados com informação***, designadamente a ocorrência de ameaças decorrentes da má qualidade das informações para o processo de tomada de decisão e fornecimento de informações a terceiros.

### 3.2.3 Modelos de gestão de risco

Como foi abordado na introdução desta dissertação, as organizações de todos os tipos e dimensões estão expostas a uma variedade de fatores e influências, quer ao nível interno quer ao nível externo, tanto a nível estratégico como a nível operacional, e que tornam incerto a realização dos seus objetivos. Deste modo, as organizações devem dispor de meios adequados que lhes permitam identificar e avaliar sistematicamente estes fatores e influências através da implementação de medidas apropriadas de prevenção e contingência.

O processo de gestão de risco visa minimizar o risco assim como determinar o nível aceitável quanto à probabilidade da sua ocorrência e do impacto das suas consequências. As organizações devem adotar processos consistentes numa estrutura abrangente que pode contribuir para assegurar que o risco seja gerido de forma eficaz, eficiente e coerente em toda a organização.

Existem vários modelos de gestão de riscos nas organizações que encontramos na revisão da literatura, entre os quais a ISO 31000 e o COSO ERM que serão apresentados de seguida.

### **3.2.3.1 A norma ISO 31000 - Gestão de Risco – Princípios e linhas de orientação**

A Norma ISO 31000 estabelece um conjunto de princípios e linhas de orientação para a gestão de qualquer tipo de risco de modo sistemático, transparente e credível, tornando eficaz a gestão de risco se forem cumpridos. A Norma recomenda que as organizações devem desenvolver, implementar e melhorar continuamente uma estrutura cujo objetivo é integrar o processo para gerir o risco na governação, estratégia e planeamento, gestão, processos de reporte, políticas, valores e cultura.

Segundo a Norma ISO 31000:2012 a implementação e manutenção da gestão do risco permitem a uma organização:

- aumentar a verosimilhança (possibilidade de algo ocorrer) de atingir os seus objetivos;
- encorajar a gestão proativa;
- estar ciente da necessidade de identificar e tratar os riscos em toda a organização;
- a identificação das oportunidades e ameaças;
- cumprir as obrigações legais e regulamentares e normas internacionais aplicáveis;
- melhorar os relatos obrigatórios e voluntários;
- melhorar a governação;
- aumentar a confiança das partes interessadas e a credibilidade da organização;
- estabelecer uma base fiável para tomada de decisões e planeamento;
- melhorar os controlos;
- afetar e utilizar os recursos no tratamento do risco de forma eficaz;
- melhorar a eficácia e a eficiência operacionais;
- reforçar o desempenho no domínio da segurança e saúde, bem como na proteção ambiental;
- melhorar a prevenção de perdas e a gestão de incidentes;
- minimizar as perdas;
- melhorar a aprendizagem organizacional, e
- melhorar a resiliência organizacional.

### A) Princípios de gestão de risco

Segundo a Norma ISO 31000:2018, o propósito da gestão de risco é a criação e proteção de valor. Ela melhora o desempenho da organização, encoraja a inovação e apoia o alcance de objetivos.

Os princípios são bases para a gestão de risco e fornecem orientações sobre as características da gestão de riscos de forma eficaz e eficiente, comunicando seu valor e explicando sua intenção e propósito. Os princípios permitem a organização gerir os efeitos da incerteza nos seus objetivos.

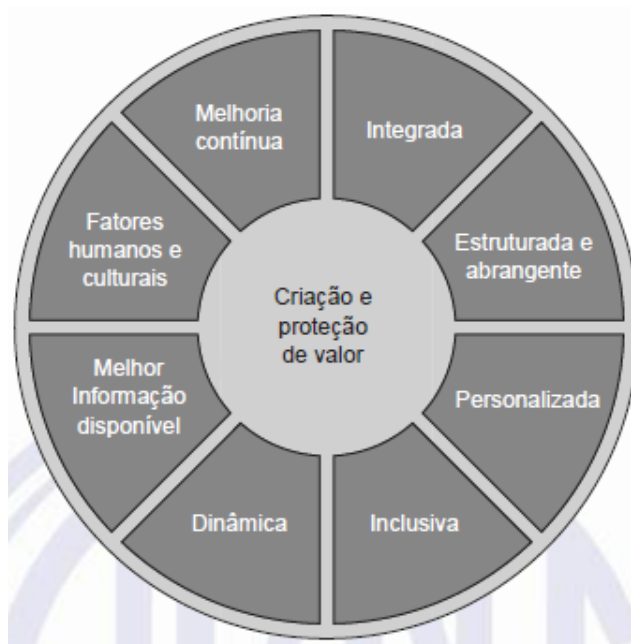


Figura 9 - Princípios de gestão de riscos

Fonte: Norma ISO 31000: 2018

### B) Estrutura da gestão de risco

A estrutura de gestão de risco fornece os fundamentos e as disposições que permitem a sua integração em todos os níveis de organização, garantindo deste modo, o sucesso da gestão do risco. A estrutura apoia uma gestão eficaz dos riscos no decurso de aplicação do processo de gestão de risco em diferentes níveis e em contextos específicos da organização, Norma ISO 31000 (2012).

A Norma ISO 31000:2018 salienta que a eficácia da gestão de riscos dependerá da sua integração na governança e em todas as atividades da organização, incluindo a

tomada de decisão, o que requer o apoio das partes interessadas e em particular da Alta Direção.

A relação entre as diferentes componentes da estrutura de gestão de risco, segundo a Norma ISO 31000:2018, se resume na figura abaixo:



Figura 10 - Relação entre as componentes da estrutura de gestão de risco

Fonte: Norma ISO 31000:2018

Contudo, os órgãos de gestão, em particular a Alta Direção e os órgãos de supervisão devem garantir que a gestão de riscos esteja integrada em todas as atividades da organização, demonstrando liderança e comprometimento por:

- personalizar e implementar todos os componentes da estrutura;
- emitir uma declaração ou política que estabeleça uma abordagem, plano ou curso de ação da gestão de riscos;
- assegurar que os recursos necessários sejam alocados para gerir riscos;
- atribuir autoridades, responsabilidades e responsabilização nos níveis apropriados dentro da organização.

### C) Processo de gestão do risco

O processo de gestão de risco deverá ser, de acordo com a ISO 31000:2012:

- uma parte integrante da gestão;
- integrado na cultura e práticas organizacionais;
- feito à medida dos processos de negócio da organização.

Segundo a Norma ISO 31000:2018, um processo de gestão de riscos eficaz deve ter em conta as seguintes fases:

- Definir o âmbito, contexto e o critério de análise do risco;
- Identificar, caracterizar e avaliar o impacto da sua ocorrência;
- Analisar as vulnerabilidades dos ativos críticos e das ameaças específicas;
- Avaliar riscos através da probabilidade esperada e o impacto decorrente;
- Tratar os riscos identificando e priorizando ações para os reduzir;
- Supervisionar e analisar os resultados.

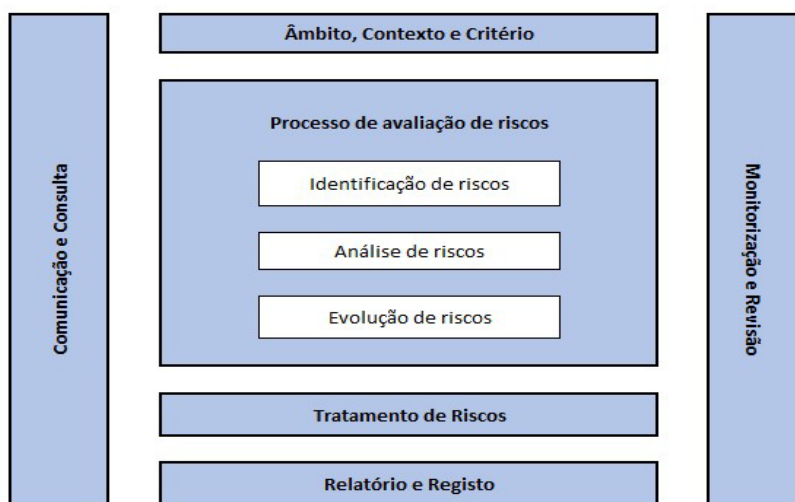


Figura 11- Processo de Gestão de risco

Fonte: Adaptado de ISO 31000: 2018

As organizações devem determinar o impacto e a probabilidade de ocorrência dos eventos indesejáveis através da avaliação dos riscos aos quais elas estão expostas afim de determinar o nível de influência que tais riscos têm quanto ao alcance dos objetivos delineados.

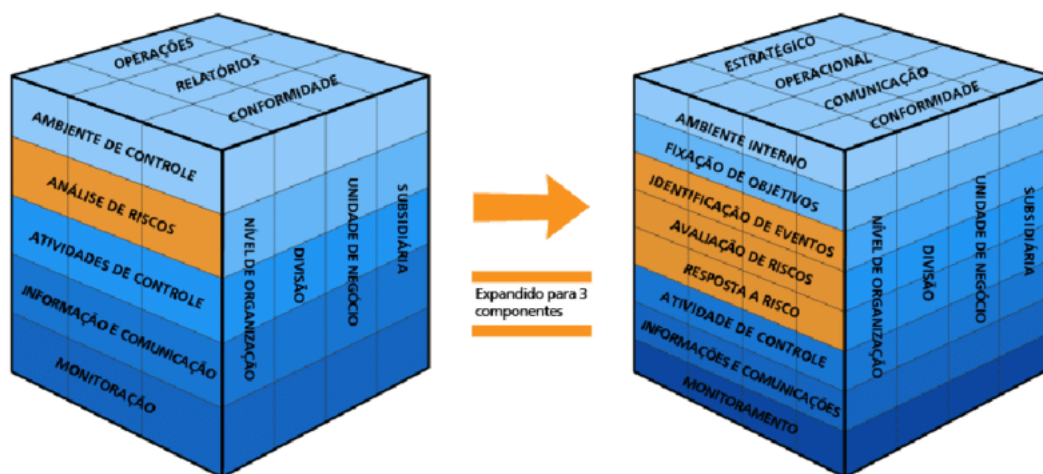
### 3.2.3.2 O COSO- Enterprise Risk Management – Integrated with Strategy and Performance

Dada a globalização das organizações, o tecido económico-empresarial tornou-se cada vez mais vulnerável e suscetível a riscos de incerteza. No entanto, o modelo COSO, criado em 1985, que utiliza práticas de avaliação de riscos já não era o modelo adequado para a gestão de riscos. Foi neste sentido que, em 2004, o COSO publicou o modelo de referência para a gestão de riscos corporativos, *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (COSO-ERM ou COSO II). O novo modelo abrange todo o modelo anterior e incorpora-o componentes e uma categoria de objetivos estratégicos que asseguram a realização de todas as atividades necessárias. Deste modo, a atividade “*análise de riscos*” foi substituída e completada pelas seguintes atividades: *identificação de eventos, avaliação de riscos e a resposta a riscos*.

O COSO-ERM introduz conceitos como *apetência ao risco* para designar o montante que a entidade se dispõe a aceitar na criação de valor e a *tolerância ao risco* para designar o nível de variação aceitável no alcance de um certo objetivo. De acordo com este modelo, a gestão de riscos corporativos é processo que permeia toda a organização no sentido de identificar possíveis eventos que possam afetar a organização e gerir riscos de modo a mantê-los dentro do grau de apetência ao risco, com vista a fornecer uma garantia razoável quanto ao alcance dos objetivos da entidade.

Segundo Castanheira (2007), o processo de gestão de risco empresarial “inicia-se com a *identificação e priorização* numa base consistente de todos os riscos enfrentados pela organização. Numa segunda fase, segue-se a *avaliação e mitigação* dos principais riscos, sendo que os mesmos devem ser priorizados atendendo à sua probabilidade, ao valor atual do seu impacto e à qualidade dos seus controlos já implementado. Por último, o passo final no processo de ERM é a *monitorização contínua dos riscos*, quer sejam novos ou quer sejam os já previamente identificados nas fases do processo de ERM”.

Existe uma relação intrínseca entre os objetivos e os componentes de gestão de risco que representamos através de uma matriz tridimensional (o cubo do COSO), conforme exemplificado na figura a seguir:



Fonte: Adaptado COSO (2004)

Foi publicada em 2013, a versão atualizada do COSO-IC, onde foram destacadas as seguintes modificações:

- Verificação de conformidade articulado em 17 princípios associados aos componentes do sistema de CI;
- Generalização do objetivo “relatórios financeiros” para “relatórios de gestão” em geral;
- Verificação de conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley.

Com o aumento da complexidade dos riscos que as organizações têm de gerir, a comissão COSO lançou a versão atualizada do *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, passando a designar-se, *Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance*. Este modelo “dá mais ênfase à importância da Estratégia e do Desempenho das organizações. Realça a importância de se considerar o risco tanto na definição de estratégias como na melhoria do desempenho, Neto (2021/22).

### 3.2.3.2.1 Os componentes do COSO – ERM - *Integrating with Strategy and Performance*

Como indica o gráfico abaixo, o COSO ERM de 2017 está organizado em 5 componentes inter-relacionados e fáceis de compreender, e 20 princípios, que podem ser adaptados a diferentes estruturas operativas.



Figura 13 - COSO –ERM – Integrating with Strategy and Performance

Fonte : Doloite US

Segundo o COSO (2017), adaptado de Neto (2021/22) os 5 componentes do gráfico são descritas em seguida:

- **Governança e cultura (Governance and Culture):** a governação define o tom da organização, reforçando a importância e instituindo responsabilidades de supervisão para a gestão de riscos das empresas. A cultura diz respeito aos valores éticos, comportamentos esperados e compreensão do risco na entidade.
- **Estratégia e estabelecimento de objetivos (Strategy and objective-Setting):** a gestão de riscos empresariais, estratégia e a definição de objetivos atuam em conjunto no processo de planeamento estratégico. A apetência pelo risco é estabelecida e alinhada com a estratégia; os objetivos de negócio colocam a estratégia em prática e, ao mesmo tempo, servem como base para identificar, avaliar e responder ao risco.
- **Desempenho (Performance):** os riscos que podem causar impacto no cumprimento da estratégia e dos objetivos de negócio precisam ser identificados e avaliados, os riscos são ordenados por gravidade (prioridades), no contexto da apetência pelo risco, a organização determina as respostas aos riscos e alcança

uma visão consolidada do portfólio e do montante total do risco que assumiu. Os resultados desse processo são comunicados às principais partes interessadas (stakeholders).

- **Análise e revisão (Review and Revision):** ao rever o desempenho da entidade, uma organização pode considerar quão bem os componentes de gestão de risco empresarial estão a funcionar ao longo do tempo e à luz de mudanças substanciais, e que revisões são necessárias.
- **Informações, comunicação e relatórios (Informations, Communication and Reporting):** a gestão dos riscos empresariais regue um processo contínuo de obtenção e partilha das informações necessárias, provenientes de fontes internas e externas, originadas das mais diversas camadas e processos de negócios da organização.

### 3.2.4 Fases do processo de Gestão de Risco

A gestão de risco, segundo Pinheiro (2014), passa pela análise detalhada dos riscos subjacentes ao negócio e assenta em quatro fases: *identificar, medir, priorizar e implementar ações corretivas*, tendo em vista mitigar o risco. Os modelos de gestão de risco abordados anteriormente nos permitem identificar e entender vários riscos que as organizações estão expostas afim de avaliá-los em termos de custo/impacto e sua probabilidade de ocorrência no sentido de desenvolver respostas adequadas a estes riscos.

De acordo com Moeller (2007), a gestão de risco deve ser considerada como um processo de quatro etapas: *identificação de risco, priorização de risco, avaliações chaves de riscos e monitorização de risco*.

#### 3.2.4.1 Identificação do risco

É da responsabilidade dos órgãos de gestão pela identificação dos riscos que possam afetar negativamente o sucesso da empresa. O processo de identificação de riscos

aos quais as empresas estão expostas requer uma abordagem cuidada para analisar os potenciais riscos em cada área de operação.

Os objetivos têm de estar bem definidos, detalhados, classificados e hierarquizados, a fim de se identificar mais eficazmente os riscos associados, Morais & Martins, (2013).

#### **3.2.4.2 Avaliação chaves de risco**

Segundo Morais & Martins (2013), a avaliação do risco consiste na identificação e análise dos fatores que possam afetar adversamente a consecução dos objetivos, quantificando-os e gerindo-os através de um processo sistemático e dinâmico. Após a identificação dos riscos significativos, o órgão da gestão deve avaliar a sua probabilidade de ocorrência e o seu impacto quanto ao alcance dos objetivos da organização.

#### **3.2.4.3 Priorização dos riscos**

Segundo Almeida (2017), a organização, após a identificação dos riscos que possam constituir um obstáculo à consecução dos seus objetivos, deverá determinar o modo de estes serem mitigados e qual o seu potencial impacto nas DF's. O órgão de gestão, após apreciação dos riscos existentes, em termo da gravidade e probabilidade dos potenciais danos, deve classificá-los por ordem de importância. Deste modo, é necessário fazer novas avaliações e comparações à medida que mais informação é disponibilizada.

#### **3.2.4.4 Monitorização dos riscos**

Nesta fase, o órgão de gestão/auditor interno ou o gestor de riscos da empresa deve monitorizar e fazer ajustes contínuos, conforme seja necessário. Segundo Almeida (2017), as mudanças internas e externas influenciam o *modus operandi* dos controlos. Controlos que serão adequados perante uma determinada situação podem revelar-se inadequados quando essa situação altera. Por exemplo, se uma organização alterar a sua linha de negócio, poderá ser necessário alterar os controlos, pois a nova linha enfrenta outros riscos.

## **CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

---

Neste quarto capítulo abordamos a metodologia de investigação adotada na presente dissertação e a formulação da problemática do estudo. Em seguida, definimos a população alvo e a amostra, assim como as hipóteses de estudo. Por último, é definido o instrumento de recolha de dados que vai permitir responder ao modelo de análise criado.

#### **4 Metodologia de investigação**

A metodologia, segundo o dicionário de língua portuguesa, é um conjunto de regras ou princípios empregados no ensino de uma ciência ou arte, parte lógica que estuda os métodos das diversas ciências ou arte de dirigir o espírito na investigação da verdade. A metodologia permite-nos descrever e explicar os procedimentos a serem adotados nas diversas etapas num trabalho de pesquisa.

De acordo com Sousa & Batista (2011), a metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir. A escolha da metodologia de investigação é muito importante para responder as questões pretendidas, para que os resultados sejam os mais fiéis à realidade e ajustados aos objetivos estabelecidos no início da dissertação. Em geral, existem três tipos de metodologias de investigação: *a quantitativa, a qualitativa e a mista*.

A metodologia de investigação quantitativa procura medir a frequência de uma determinada ocorrência, de modo a poder afirmar como verdade ou não verdade. Este método é eficaz para obter as respostas mais comuns e não as exceções, sendo a técnica comum mais usada o questionário de escolha múltipla (Sousa,2016). Para Keenan (2015), a investigação quantitativa envolve o teste de uma hipótese, examinando a relação entre um conjunto de variáveis definidas. As variáveis podem ser medidas uma contra outra ou contra uma constante, que é um elemento, uma característica ou um fator que não muda. Os investigadores quantitativos coletam dados quantitativos que examinam com recurso a procedimentos estatísticos.

A metodologia qualitativa envolve a coleta de dados qualitativos ou dados que podem ser observados em vez de medidos numericamente. Os investigadores qualitativos procuram obter uma compreensão de uma determinada população, organização, ou evento. Eles procuram estrutura, ordem, e padrões entre um determinado grupo de

participantes. O objetivo deles é aprender mais sobre como os grupos operam em configurações particulares (Keenan, 2015).

De acordo com Neves (2018), fazendo alusão a Vilelas (2009), o método quantitativo reflete a realidade construída e composta por causa e efeitos. O método qualitativo reflete a realidade construída tendo em consideração as referências dos terceiros envolvidos no estudo e, por sua vez, compete ao investigador compreender o significado da ação humana.

A conjugação dos dois métodos faz surgir método misto. Esta conjugação tem grande importância, visto que permite uma triangulação da informação que permite orientar as hipóteses a serem desenvolvidos ao longo da investigação. Sousa (2016) alega que diversos autores afirmam que a junção destes dois oferece um maior nível de credibilidade aos resultados.

A escolha da metodologia de investigação depende do fenómeno a investigar, isto é, uma metodologia que seja adequada ao estudo a realizar e que deve responder aos objetivos da investigação. Para o presente estudo, onde procuramos analisar o impacto da AI para a minimização de fraudes nas organizações, escolhemos a metodologia quantitativa, baseada na aplicação de questionários para a recolha de dados que possam traduzir quantitativamente as opiniões e informações dos inquiridos usando técnicas estatísticas.

#### **4.1 Formulação do problema**

No início de cada trabalho de investigação o investigador define o problema que pretende estudar. No entanto, nem sempre é fácil descobrir a forma mais adequada para abordar a questão, por isso, é necessário uma formulação do problema.

O problema é algo que proporciona uma margem de hesitação ou de perplexidade e cujo grau de dificuldade no que respeita à explicação ou resolução é elevado, sendo deste modo, objeto de discussão em qualquer domínio de conhecimento (Gil, 2008). A identificação do problema é a fase mais difícil de um trabalho de investigação, afirma Tukman (2000). É neste sentido que é necessário que o investigador formule perguntas que sirvam como ponto de partida ao projeto de investigação e que expressem aquilo que procura investigar (Silva, 2016).

A presente dissertação tem como objetivo compreender e avaliar *o contributo da AI para a minimização de fraudes nas organizações*. Pretendemos com este trabalho avaliar o contributo da AI para a deteção, minimização e prevenção de fraudes nas organizações.

As perguntas e hipóteses de investigação são apresentadas na secção seguinte.

## 4.2 Hipóteses e perguntas de investigação

A hipótese é uma suposta resposta ao problema a ser investigado. É uma proposição que se forma e que será aceite ou rejeitada somente depois de devidamente testada, Gil, (2008).

De acordo com Manuela Magalhães Hill & Andrew Hill (2012), a revisão da literatura permite encontrar teorias e artigos sobre investigações empíricas apresentadas por diversos autores. A primeira coisa a fazer é utilizar essa literatura para deduzir uma hipótese, ou um conjunto de hipóteses a serem testadas na parte empírica. A hipótese faz a ponte entre a parte teórica e a parte empírica da investigação. As hipóteses que formulamos devem enquadrar as perguntas de investigação e justificar o trabalho de investigação.

De acordo com a revisão da literatura abordada neste trabalho, formulamos as seguintes perguntas de investigação que permitiram a construção das seguintes hipóteses:

Perguntas de investigação	Hipóteses
<b>Q1.</b> Assumindo uma posição privilegiada dentro de uma organização, de que forma a AI contribui para a deteção, a prevenção e a minimização dos riscos de fraudes nas organizações? (Morais & Martins, 2013)	
<b>Q2.</b> A independência e o acesso direto aos gestores do topo e ao órgão de administração permite ao auditor interno concluir sobre o desempenho dos mesmos? (Alves 2015)	<b>H1.</b> A AI é um contributo fundamental para a eficiência e eficácia de uma organização.

<p><b>Q3.</b> De que forma a AI ajuda aos gestores do topo e o órgão de administração na planificação estratégica? <b>(IIA 2009)</b></p>	
<p><b>Q4.</b> Como é que os trabalhos da AI contribuem na criação de valor para a organização? <b>(IPAI 2019)</b></p>	
<p><b>Q5.</b> De que forma o CI ajuda as organizações no estabelecimento dos seus objetivos organizacionais?</p>	
<p><b>Q6.</b> O CI é fundamental para os trabalhos da AI? <b>(Almeida 2017)</b></p>	<p><b>H2.</b> O CI é uma peça crucial da AI.</p>
<p><b>Q7.</b> O CI ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraudes? <b>(IIA 2009)</b></p>	
<p><b>Q8.</b> A implementação do manual do CI na organização fornece uma garantia quanto a criação de valor para a organização? <b>(ISA 315)</b></p>	
<p><b>Q9.</b> Quais são as razões que levam os managers/gestores/colaboradores de uma organização a cometer fraude? <b>(Monteiro 2014)</b></p>	
<p><b>Q10.</b> A ausência das ferramentas de prevenção e mitigação de riscos podem ser consideradas como oportunidade para os gestores cometerem fraudes?</p>	<p><b>H3.</b> Existem ferramentas básicas que ajudam na prevenção e mitigação do risco.</p>
<p><b>Q11.</b> De que forma a implementação da Norma ISO 31000 nas organizações de grandes dimensões contribui para o combate ao risco de fraude? <b>(Norma ISO 31000)</b></p>	

<p><b>Q12. O COSO – ERM- Integrating with Strategy and Performance</b> fornece uma garantia razoável quanto a redução dos riscos de fraude nas organizações? (Castanheira 2007)</p>	
---	--

Tabela 1 - Relação entre as perguntas de investigação e as hipóteses em análise

Fonte: Elaboração própria

### **Hipótese (H1)**

Relativamente à **Hipótese 1 (H1)** “A AI é um contributo fundamental para a eficiência e eficácia de uma organização” pretendemos avaliar a forma como a AI contribui para a bom funcionamento da organização e como ajuda a organização na avaliação e melhoria de eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação. Por outro lado, pretende-se avaliar a forma como a AI auxilia as empresas na obtenção de eficiência e eficácia dos processos e recursos internos.

### **Hipótese (H2)**

Quanto à **Hipótese 2 (H2)** “O CI é uma peça crucial da AI” pretende-se analisar a importância do CI nas organizações e particularmente para a AI. Importa salientar que o CI faz parte integrante de todas as atividades da organização uma vez que define e acompanha o funcionamento das mesmas e elabora recomendações necessárias para o seu aperfeiçoamento, garantindo, deste modo, o alcance dos resultados pretendidos. O CI contribui para o crescimento e sobrevivência das organizações, e, por conseguinte, o planeamento e a execução da auditoria.

### **Hipótese (H3)**

A **Hipótese 3 (H3)** “Existem ferramentas básicas que ajudam na prevenção e mitigação do risco” queremos analisar as ferramentas que permitem às organizações avaliarem o seu nível de exposição ao risco e como podem fornecer uma garantia quanto ao alcance dos seus objetivos estratégicos, operacionais e de desempenho. Deste modo, A Norma ISO 31000 estabelece um conjunto de princípios e linhas de orientação para a gestão de qualquer tipo de risco de modo sistemático, transparente e credível, tornando eficaz a gestão de risco se forem cumpridos.

Por outro lado, a versão atualizada do COSO-ERM, o COSO-ERM– *Integrating with Strategy and Performance*, dá mais ênfase à importância da Estratégia e do Desempenho das organizações. Realça a importância de se considerar o risco tanto na definição de estratégias como na melhoria do desempenho.

### 4.3 Modelo de análise

O modelo de análise constitui a ligação entre a problemática fixada pelo investigador e o trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, Quivy & Campenhoudt (2005), citado por Cavadas (2016). Hill & Hill (2012), acrescentam que a fase do planeamento do trabalho empírico começa na tradução da Hipótese Geral em Hipótese Operacional. A Hipótese Operacional deve corretamente representar a Hipótese Geral da investigação, assumindo grande importância no processo de investigação para evitar ambiguidade e, portanto, para clarificar o objetivo do trabalho.

A figura abaixo ilustra a relação existente entre as três hipóteses deste estudo. A articulação e enquadramento destas hipóteses irão permitir uma conclusão para este trabalho.

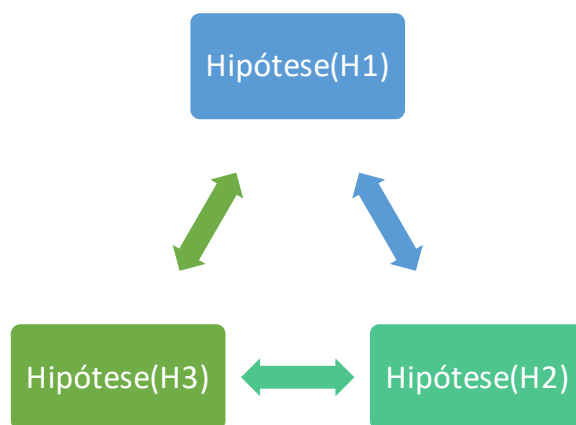


Figura 14 - Relação entre perguntas de investigação

Fonte: Elaboração própria

Como já referimos, o modelo de análise deste trabalho assenta em três hipóteses de investigação que se interligam entre si. A primeira hipótese reflete o objetivo deste estudo e visa aferir sobre o contributo da AI para a eficácia e eficiência de uma organização, aliás, ***“A AI é um contributo fundamental para a eficiência e eficácia de uma organização”***. Pretende-se avaliar o contributo da AI, tendo em conta a sua importância

no combate à fraude e o seu contributo para a criação de valor para a organização. Para que esse objetivo seja alcançado, a AI precisa do CI e as ferramentas que lhe ajudem na gestão de riscos.

Relativamente à segunda hipótese, **H2. O CI é uma peça crucial da AI**, pretendemos abordar a importância do CI para a AI e para a organização. Por outro lado, pretendemos analisar como estes se complementam e contribuem para o combate à fraude, graças às ferramentas que ajudam na prevenção e mitigação do risco. Quanto à terceira hipótese, **H3. Existem ferramentas básicas que ajudam na prevenção e mitigação do risco**, pretende-se avaliar como as duas ferramentas abordadas neste trabalho ajudam as organizações a se protegerem contra diferentes riscos aos quais elas estão expostas e como elas podem ser úteis para a AI e o para o CI.

#### **4.4 Instrumento de recolha de dados**

De acordo com Teixeira (2006), a organização e a respetiva elaboração do instrumento de recolha de dados constituem uma etapa importante no desenvolvimento de um trabalho de investigação, nomeadamente na fase de planeamento da pesquisa, uma vez que este é determinado pela natureza do problema em função das respetivas variáveis e tem em conta os objetivos do estudo e as características da população alvo.

“Os instrumentos de recolha de dados podem apresentar diferentes formas consoante se trate de uma observação direta ou indireta. A observação direta é aquela que o próprio investigador procede diretamente à recolha de informações sem se dirigir aos sujeitos interessados. Incide sobre todos os indicadores pertinentes previstos. Tem como suporte um guia de observação que é construído a partir desses indicadores e que designa os comportamentos a observar”, Quivy&Campenhoudt (2018).

“No caso da observação indireta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação. Há aqui dois intermediários entre a informação procurada e a obtida: o sujeito observado e o instrumento de observação, que é um questionário ou um guia de entrevista”, Quivy&Campenhoudt (2018).

Para a presente dissertação foi escolhida a metodologia quantitativa baseada na elaboração de um questionário como instrumento de recolha de dados, técnica que melhor

se adequa às particularidades desta investigação e, que permitirá conhecer as opiniões dos inquiridos relativamente ao tema em estudo.

Construir um questionário consiste, basicamente, em “traduzir objetivos da investigação em questões específicas, sendo que as respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população estudada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planeamento da investigação” (Gil, 2008). O mesmo autor acrescenta ainda que um questionário é uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc”

Após a fase conceptual e metodológica desta dissertação, procedemos à construção do questionário estruturado em quatro partes: a primeira é dedicada à caracterização do inquirido e da empresa. A segunda parte dedica-se à auditoria interna com o objetivo de avaliar a sua visão, função e importância. A terceira parte é dedicada ao controlo interno e finalmente a quarta parte é dedicada à fraude e gestão de risco. As perguntas do questionário estão diretamente ligadas com as perguntas e hipóteses de investigação. A maior parte das perguntas foram respondidas numa escala de *Likert* de 5 pontos onde os respondentes tinham que apresentar o nível de concordância (1 – Discordo totalmente, 2 – Discordo, 3 – Nem concordo nem discordo, 4 – Concordo, 5 – Concordo Totalmente) com algumas afirmações.

Foram enviados e-mails com o questionário para IPAI, OCC, OROC que disponibilizaram o questionário numa publicação nos seus respetivos sites e nas suas páginas de redes sociais. Também foram enviados e-mails com questionários para profissionais de AI, para diferentes empresas portuguesas cujos valores são cotados na CMVM e para diferentes pessoas e grupos de redes sociais que atuam na área da AI. O período de recolha de dados ocorreu de 19/04/2023 a 01/07/2023.

#### **4.5 População e amostra**

Segundo Almeida & Freire (2007), a população é um conjunto de indivíduos, casos ou observações onde se quer estudar um fenómeno. Ou seja, é um conjunto de todos os

elementos que têm pelo menos uma característica em comum e sobre qual incide o estudo. Num trabalho de investigação, nem sempre é possível abranger toda a população. Neste sentido, torna-se indispensável recorrer a amostras.

A amostra é um subconjunto finito da população (Poderosa & Gama, 2016). A amostra deste estudo era composta por 105 indivíduos em que 35 são auditores, 22 contabilistas, 12 gestores, 7 economistas, 7 juristas, 6 financeiros, 5 engenheiros, 3 administradores, 3 controladores internos e 5 outros profissionais relacionados com o tema em análise. Nesta amostra, uma resposta foi eliminada por ser de uma pessoa de uma área fora do âmbito do estudo, sendo a amostra final constituída por 104 elementos.

## **CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

---

## **5 Apresentação e análise dos resultados**

Neste capítulo vamos apresentar os resultados obtidos tendo por base as informações recolhidas a partir do questionário divulgado entre 19/04/2023 a 01/07/2023 e que incidiu numa amostra de 104 respostas, de entre as quais 39% de auditores, 15% de contabilistas, 4% de diretores gerais, gerentes e gestores, 3% de diretores de gabinetes de auditoria interna e revisores oficiais de contas, 3% de aposentados e 24% de outras funções relacionadas com o tema.

Numa primeira fase a informação recolhida será sintetizada com recurso ao uso de gráficos e tabelas que contribuem para uma melhor apresentação, compreensão e análise dos dados obtidos.

### **5.1 Estatística Descritiva**

O questionário realizado contém 24 perguntas, sendo a maioria respondida numa escala de *Likert* de 5 pontos (de 1 - Discordo completamente, até 5 – Concordo totalmente ou de 1 – Nada importante até 5 – Muito importante). Em algumas outras questões de escolha múltipla, os inquiridos podem selecionar uma ou mais opções. Desta forma, a primeira parte do questionário é composta por 10 questões relativas à caracterização do inquirido e da empresa onde trabalha e as restantes destinam-se a conhecer a opinião dos respondentes sobre a AI, o CI, a fraude e as ferramentas de gestão do risco.

#### **5.1.1 Caraterização do inquirido e da empresa**

Para a caracterização do inquirido foram realizadas 6 questões: Género, Idade, Nível de escolaridade, Área de formação, Função/ Cargo e Anos de experiência na função/cargo dentro da organização. Estas questões permitem fazer uma análise acerca da categoria socioprofissional do inquirido e a sua experiência relativamente à matéria abordada no inquérito.

Observa-se que, a amostra é constituída por 104 indivíduos, sendo 53% do sexo masculino, 46% do sexo feminino e 1% preferiram não indicar o seu género.

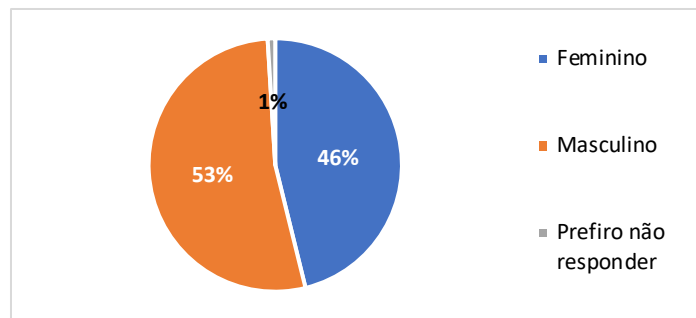


Gráfico 1 - Gênero

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à idade dos inquiridos, podemos constatar que se distribuem em três faixas etárias: 24 – 35 anos (34.62%); 36 – 50 anos, representando 36.54% da amostra, seguido dos que pertencem à faixa etária Mais de 50 anos, com 28.84%.

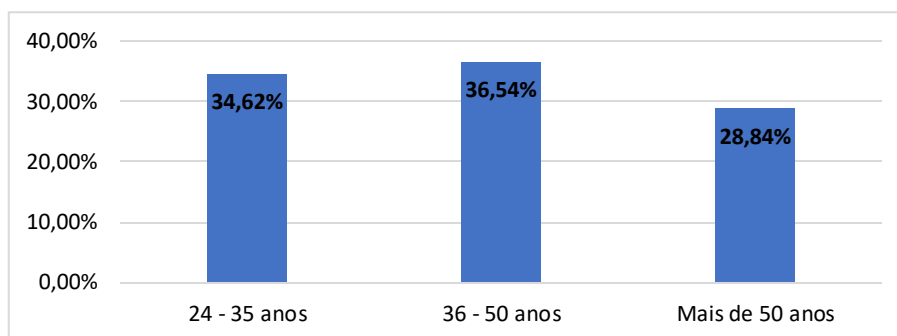


Gráfico 2 - Idade

Fonte: Elaboração própria

Como ilustra o gráfico abaixo, relativamente a formação académica, 33.65% da amostra têm concluído o nível de mestrado, seguido de pós-graduação com 28.84%. A licenciatura representa 24.04% da amostra, enquanto que 8.65% dos inquiridos têm doutoramento concluído e apenas 4.81% têm 12º ano.

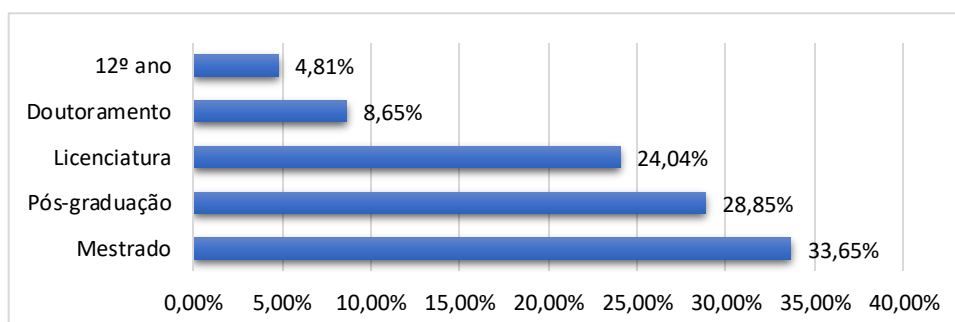


Gráfico 3 - Nível de Escolaridade

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à área de formação, 32.69% dos inquiridos são formados na área de auditoria, 21.15% na área de contabilidade, 11.54% na área de gestão, 6.73% na área de economia e direito. As outras áreas representam menos 5%, como podemos ver no seguinte gráfico.

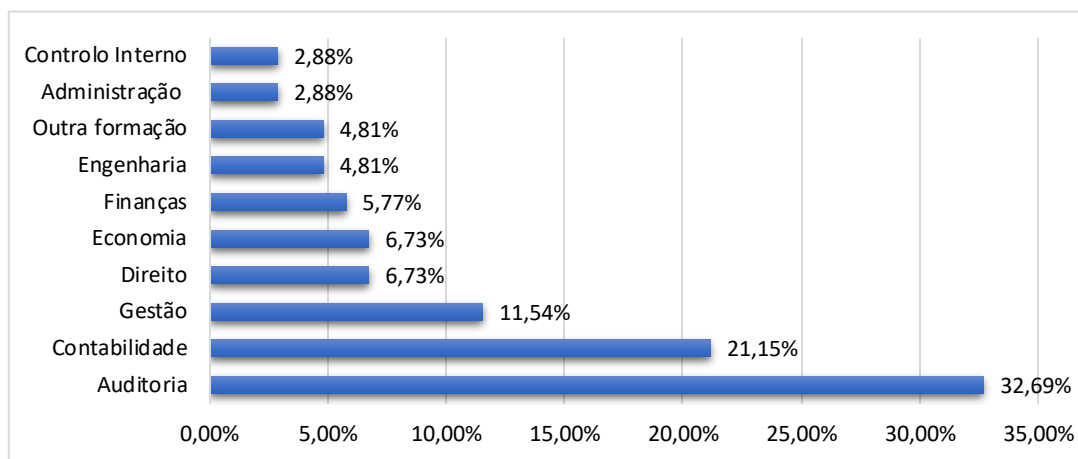


Gráfico 4 - Área de formação

Fonte: Elaboração própria

No que concerne o cargo ou função exercida na organização, numa amostra de 104 respostas, 39% dos inquiridos são auditores, 15% são contabilistas, 4% são diretores gerais, gerentes e gestores, respetivamente, 3% são diretores de gabinetes de auditoria interna e revisores oficiais de conta, 3% são aposentados e 24% são de outras funções relacionadas com o tema.

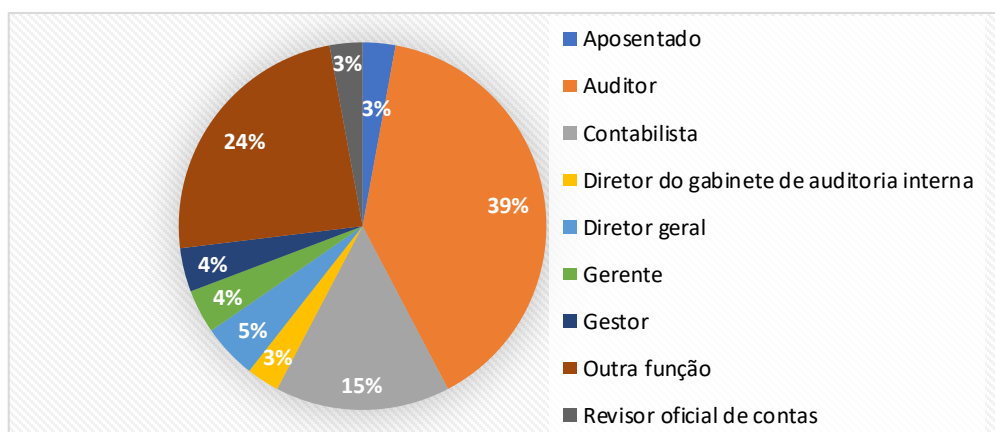


Gráfico 5 - Função/Cargo

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à experiência profissional, 45% dos inquiridos têm entre 0 – 10 anos de experiência profissional, seguida de 30% dos que têm entre 11 – 20 anos de

experiência profissional e 16% da amostra tem entre 21 – 30 anos de experiência profissional. Os restantes 8% e 1% têm entre 31- 40 e 41 - 50 anos de experiência profissional, respetivamente .

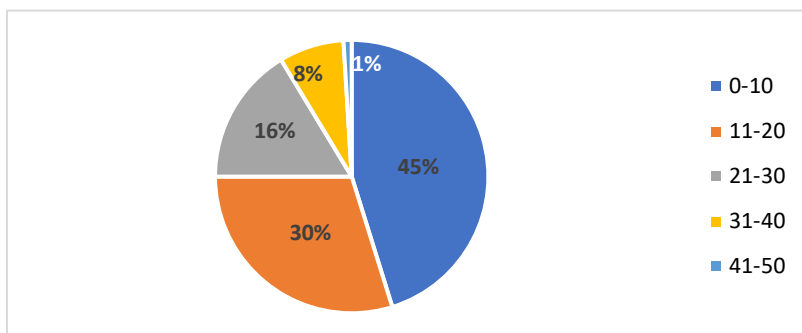


Gráfico 6 - Experiência profissional (em anos)

Fonte: Elaboração própria

#### - *Caraterização da empresa*

Para a caraterização da empresa foram consideradas 4 questões: setor de atividade, número de empregados, volume de negócio e mercado onde exercem as suas atividades.

De acordo com a tabela abaixo onde está resumida a contagem de respostas dos inquiridos relativamente ao setor de atividade da empresa, 34.51% das empresas operam na área de Consultoria/Contabilidade, seguido das Atividades Financeiras e de Seguros com 20.42%. Destaca-se também 8.45% das empresas que operam na área de educação e na área das indústrias transformadoras. Os restantes setores representam uma percentagem muito baixa, como se pode ver no gráfico.

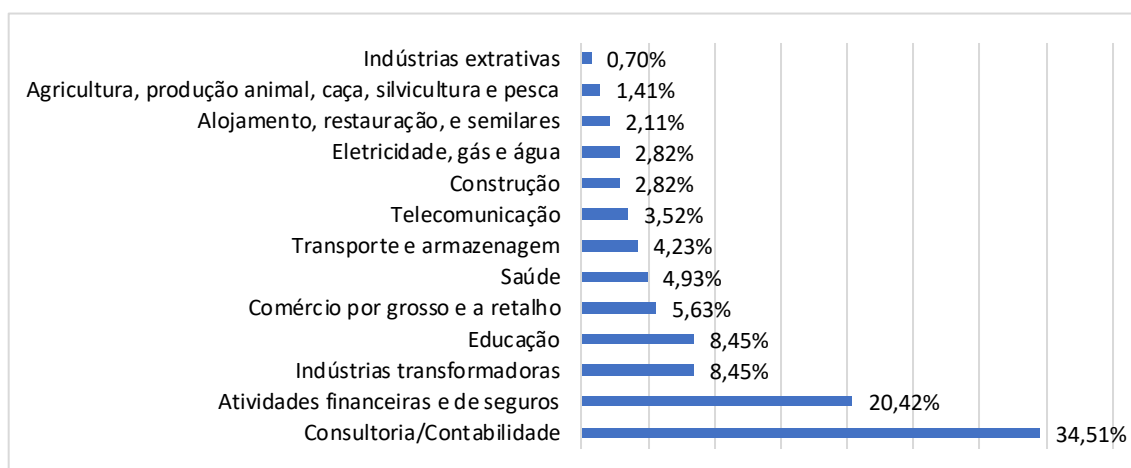


Gráfico 7 - Setor de atividade

Fonte: Elaboração própria

Da nossa amostra, relativamente ao volume de negócios, 61.54% correspondem a um volume de negócios situado entre 10.000 – 100.000.000€, 14.42% entre 100.000.001 – 500.000.000€ e os restantes 9.62% mais de 500.000.000€. As empresas sem fins lucrativos (N/A) representam 14.42%.

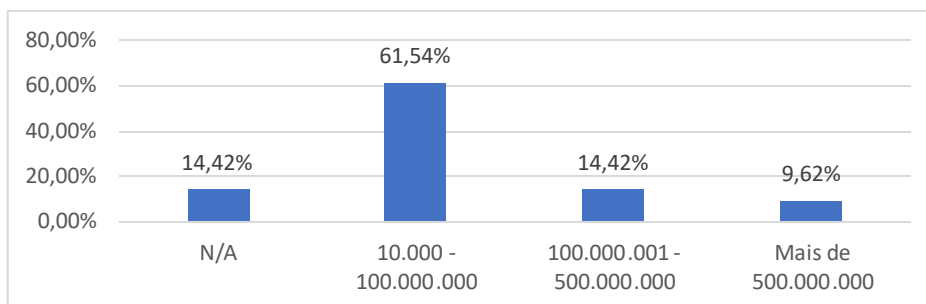


Gráfico 8 – Volume de negócio

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o seguinte gráfico, 54% das organizações operam no mercado nacional e 37% operam no mercado nacional e internacional. Apenas 10% das empresas da amostra operam somente no mercado internacional.

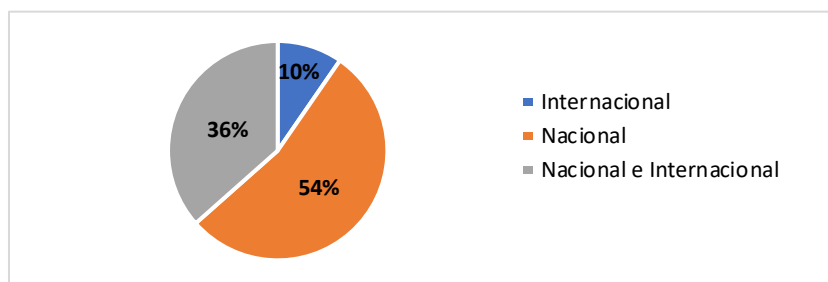


Gráfico 9 - Mercado

Fonte: Elaboração própria

### 5.1.2 A auditoria interna

Após a caracterização dos inquiridos e da empresa, a segunda parte do questionário é dedicada à AI e é composta por 4 questões. Nas duas últimas questões foram apresentadas várias afirmações aos inquiridos, de modo a refletirem as suas opiniões numa escala de *Likert*.

Quanto à existência de um departamento de AI na organização, foi possível concluir que 75% dos inquiridos afirmam que a organização onde trabalham possui um departamento da AI e 24% que afirmaram a inexistência de um departamento da AI.

Apenas 1% afirma não saber da existência de um departamento da AI na empresa onde trabalha.

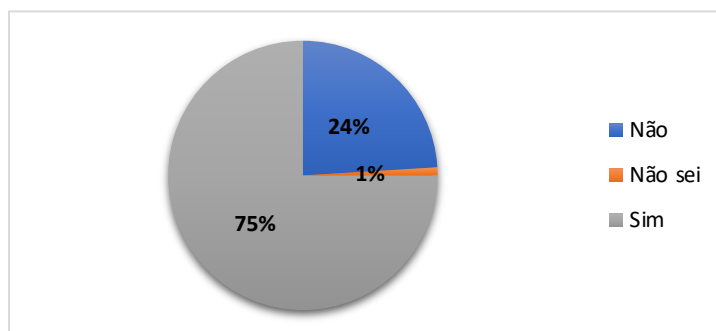


Gráfico 10 - Existência de Departamento de Auditoria

Fonte: Elaboração própria

Apesar de alguns inquiridos terem respondido negativamente à questão anterior, procederemos à análise das seguintes questões, incluindo as respostas dos mesmos na análise.

De acordo com as respostas dos inquiridos, a AI intervém principalmente na área financeira e operacional, com 22.40% e 21.10%, respetivamente. A gestão de riscos e conformidade aparecem em terceiro e quarto lugar, com 19.48% e 19.16%. A qualidade aparece em quinto lugar com 14.61%, como podemos ver no seguinte gráfico.

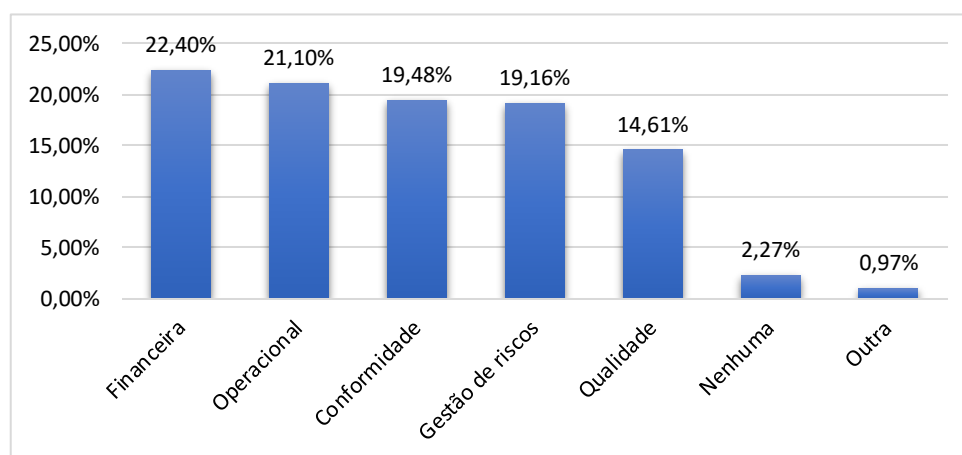


Gráfico 11 - Área de atuação da AI

Fonte: Elaboração própria

De seguida faremos a análise das respostas do questionário relacionando-as com as Hipóteses de investigação e respetivas questões de investigação.

**H1: A auditoria interna é um contributo fundamental para a eficiência e eficácia de uma organização.**

A 13ª e 14ª questões do questionário, requerem que os inquiridos classifiquem numa escala de *Likert* de 1 a 5 um grupo de afirmações que têm como objetivo dar resposta às terceira e quarta questões de investigação. Esta é uma secção importante do questionário, visto que permite conhecer com detalhe a opinião dos inquiridos relativamente a AI.

Na primeira questão da investigação deste estudo, baseada em *Morais & Martins, (2013)*, foi questionada *o contributo da AI para a deteção, a prevenção e a minimização dos riscos de fraudes nas organizações*. A maioria dos inquiridos concorda que a AI contribui para a deteção (88.46%), a prevenção (90.38%) e a minimização (87.50%) dos riscos de fraudes nas organizações, como podemos ver na tabela 2.

<i>De que forma a AI contribui para a deteção, a prevenção e a minimização dos riscos de fraudes nas organizações?</i>	<b>Deteção</b>		<b>Prevenção</b>		<b>Minimização</b>	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
<i>Concordo completamente</i>	65	62,50%	64	61,54%	57	54,81%
<i>Concordo</i>	27	25,96%	30	28,85%	34	32,69%
<i>Não concordo nem discordo</i>	8	7,69%	7	6,73%	9	8,65%
<i>Discordo</i>	4	3,85%	3	2,88%	4	3,85%
<i>Discordo completamente</i>	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 2 - O contributo da AI para a organização

Fonte: Elaboração própria

Após a análise da tabela 2, podemos, de um modo geral, concluir que os inquiridos têm uma opinião muito positiva quanto ao contributo da AI, tal é demonstrado no gráfico seguinte.

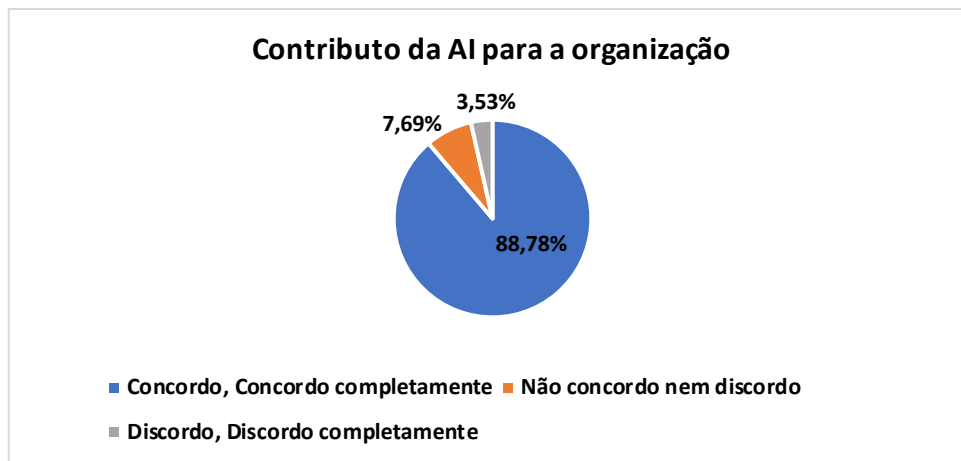


Gráfico 12 - O contributo da AI para a organização (valores agregados)

Fonte: Elaboração própria

A segunda questão da investigação, baseada em Alves (2015), questiona se *a independência e o acesso direto aos gestores do topo e ao órgão de administração permitem ao auditor interno concluir sobre o desempenho dos mesmos*. Assim, e para obter uma resposta completa e clara sobre a referida questão, esta foi separada em 3 sub-perguntas. Em primeiro lugar, procuramos saber se a independência do auditor interno permite concluir sobre o desempenho da administração. Em segundo lugar, procuramos saber se o acesso direto aos gestores e à administração permite ao auditor interno concluir sobre a eficácia dos mesmos. Por último, procuramos saber se o acesso direto aos gestores e à administração permite ao auditor interno concluir sobre a eficiência dos mesmos.

De uma forma resumida, apresentamos as respostas dos inquiridos na tabela 3:

A independência e o acesso direto aos gestores do topo e ao órgão de administração permitem ao auditor interno concluir sobre o desempenho dos mesmos?	A independência do AI o permite concluir sobre o desempenho da administração		O acesso direto aos gestores e à administração permite ao AI concluir sobre a eficiência dos mesmos		O acesso direto aos gestores e a administração permite ao AI concluir sobre a eficácia dos mesmos	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
Concordo completamente	52	50,00%	48	46,15%	49	47,12%
Cncordo	32	30,77%	32	30,77%	34	32,69%
Não concordo nem discordo	13	12,50%	15	14,42%	12	11,54%
Discordo	5	4,81%	7	6,73%	7	6,73%
Discordo completamente	2	1,92%	2	1,92%	2	1,92%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 3 - A independência do auditor interno e o desempenho dos gestores do topo e do órgão de administração

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a tabela 3, a maioria dos inquiridos, 80.77% concordam que a independência do auditor interno permite concluir sobre o desempenho da administração contra apenas 6.73% da amostra. No que diz respeito ao acesso direto aos gestores e à administração assim como a sua eficiência e eficácia, tal como foi referido na hipótese 1 do estudo, que afirma que a AI é um contributo fundamental para a eficiência e eficácia de uma organização, as respostas dos inquiridos confirmam esta hipótese, visto que a maioria, 76.92% da amostra tem opinião positiva sobre a sua *eficiência* e 79.81% sobre a sua *eficácia*.

A tabela 3 permite-nos concluir que 79.17% da amostra concorda que a independência e o acesso direto aos gestores do topo e ao órgão de administração permitem ao auditor interno concluir sobre o desempenho dos mesmos, como é possível verificar-se no gráfico 12.

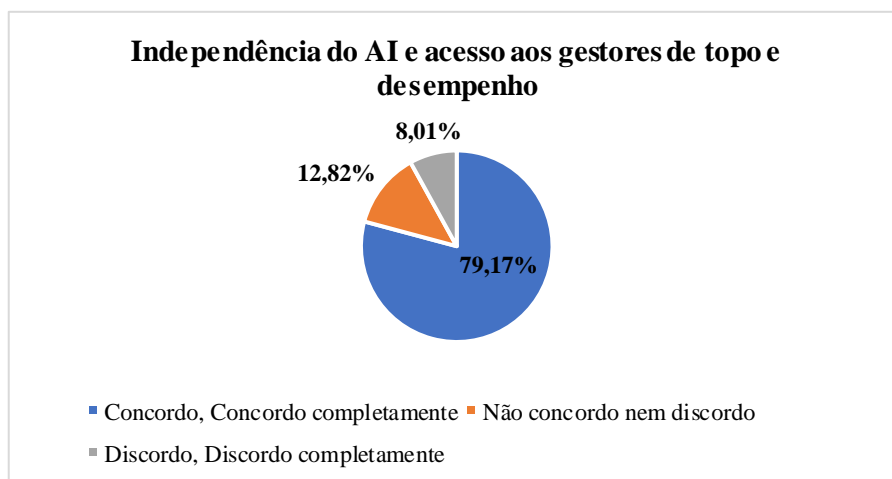


Gráfico 13 - A independência do auditor interno e o desempenho dos gestores do topo e do órgão de administração (valores agregados)

Fonte: Elaboração própria

Na terceira questão da investigação do estudo, baseada em IIA (2009), foi questionada *a forma como AI ajuda aos gestores do topo e ao órgão de administração na planificação estratégica*. Para melhor compreensão, formulamos duas afirmações, permitindo, deste modo, aos inquiridos exprimirem suas opiniões em relação às mesmas. Analisando as respostas sobre as duas afirmações, 87.50% da amostra concorda com a primeira e a segunda, como se pode verificar na tabela.

De que forma a auditoria interna ajuda aos gestores do topo e ao órgão de administração na planificação estratégica?	A AI auxilia as empresas na obtenção de eficiência e eficácia dos processos e recursos internos.		As informações prestadas pela atividade da AI têm influência no processo de tomada de decisão de uma organização.	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
Concordo completamente	58	55,77%	53	50,96%
Concordo	33	31,73%	38	36,54%
Não concordo nem discordo	8	7,69%	10	9,62%
Discordo	5	4,81%	2	1,92%
Discordo Completamente	0	0,00%	1	0,96%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 4 - A AI e a planificação estratégica

Fonte: Elaboração própria

A análise da tabela 4 permite concluir que 87,50% dos inquiridos têm opinião positiva sobre o apoio da AI na planificação estratégica contra 3,85% dos que discordam.

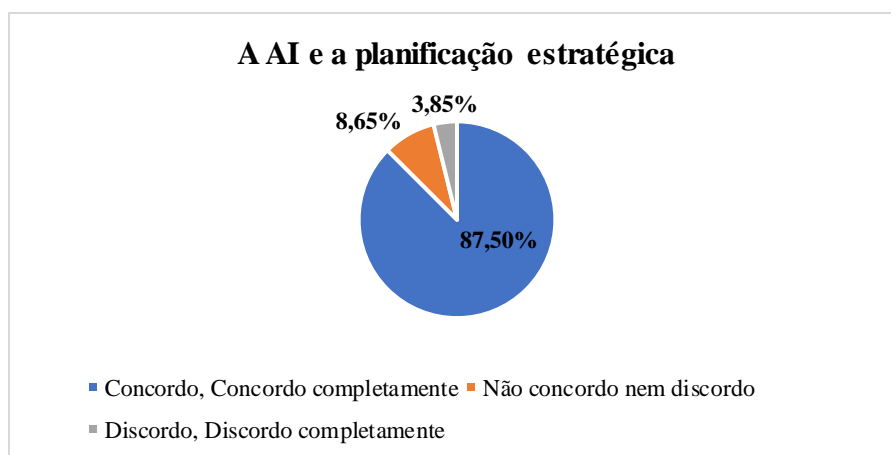


Gráfico 14 - A AI e a planificação estratégica (valores agregados)

Fonte: Elaboração própria

Para responder à quarta questão de investigação do estudo, baseada em IPAI (2019), foi questionada a forma como *os trabalhos da AI podem contribuir para a criação de valor para a organização*. Foram elaboradas duas afirmações para avaliar a opinião dos inquiridos. De acordo com a primeira, grande parte dos inquiridos (88,46%) concorda que a AI contribui para a criação de valor para as organizações. Quanto à segunda, também a maioria dos inquiridos (90,38%) concorda que a AI constitui uma função de apoio à gestão, contribuindo, deste modo, para a criação de valor.

Como é que os trabalhos da auditoria interna contribuem na criação de valor para a organização?	A AI contribui para a criação de valor para as organizações.		A AI constitui uma função de apoio a gestão.	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
Concordo completamente	67	64,42%	56	53,85%
Concordo	25	24,04%	38	36,54%
Não concordo nem discordo	9	8,65%	7	6,73%
Discordo	2	1,92%	3	2,88%
Discordo completamente	1	0,96%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 5 - A AI e a criação de valor

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 14, onde estão agregados os valores da tabela 5, permite-nos concluir que 89,42% dos inquiridos concordam que os trabalhos da auditoria interna podem contribuir para a criação de valor para a organização.

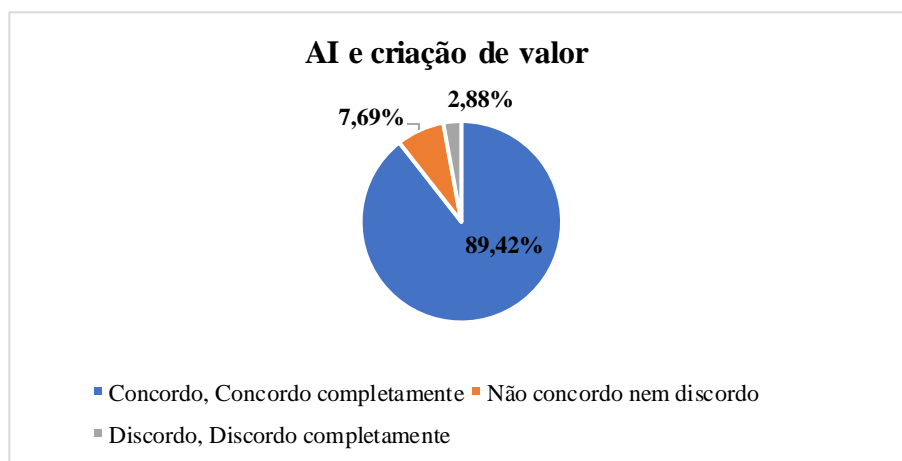


Gráfico 15 - A AI e a criação de valor (valores agregados)

Fonte: Elaboração própria

Relacionada também com a primeira hipótese deste estudo, sobre o contributo da AI para a eficiência e eficácia de uma organização, foi elaborada a 14ª questão do questionário, onde se pediu aos inquiridos que exprimissem as suas opiniões sobre a importância da função da AI numa organização. As funções referidas estão alinhadas com as questões da investigação.

A função da auditoria interna numa organização	Identificar os riscos de negócio.		Gerir os riscos de negócio.		Apoiar os órgãos de gestão na planificação estratégica.		Mitigar a ocorrência de fraude na organização.		Acompanhar a implementação das ações corretivas.		Contribuir para a criação de valor para a organização.	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
Muito importante	62	59,62%	45	43,69%	50	48,54%	65	62,50%	59	56,73%	59	56,73%
Importante	25	24,04%	27	26,21%	29	28,16%	20	19,23%	27	25,96%	26	25,00%
Moderadamente importante	13	12,50%	15	14,56%	17	16,50%	14	13,46%	13	12,50%	17	16,35%
Pouco importante	3	2,88%	11	10,68%	6	5,83%	5	4,81%	5	4,81%	2	1,92%
Nada importante	1	0,96%	5	4,85%	1	0,97%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>103</b>	<b>100,00%</b>	<b>103</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>	<b>104</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 6 - Importância das funções da AI

Fonte: Elaboração própria

Como podemos constatar na tabela 6, a maioria dos inquiridos afirma que a AI desempenha uma função de extrema importância numa organização em diversos aspetos. De uma forma geral, podemos concluir que a maior percentagem dos inquiridos, 79,40%, considera a que AI desempenha uma função importante numa organização contra apenas 6,29% que discordou das afirmações.

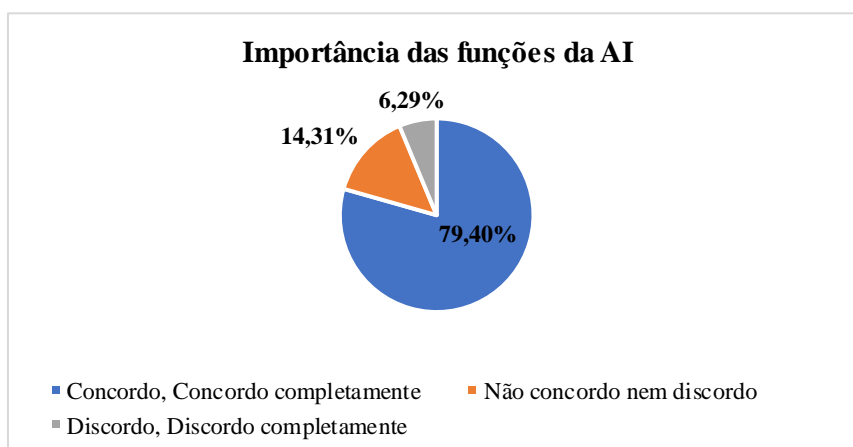


Gráfico 16 - - O CI e os objetivos organizacionais

Fonte: Elaboração própria

### 5.1.3 Controlo interno

Nesta terceira parte do questionário relativa ao CI, composta por 6 questões, foram apresentadas várias afirmações, onde uma resposta negativa à primeira questão condiciona o inquirido a dirigir-se diretamente para a quarta parte do questionário.

Esta parte do questionário visava analisar a segunda hipótese de investigação.

## H2: O controlo interno é uma peça crucial da auditoria interna.

Após uma análise à primeira questão relativa à existência de um SCI na organização, 89% dos inquiridos afirmam que a organização possui um SCI contra 11% que afirmaram a inexistência de um SCI.

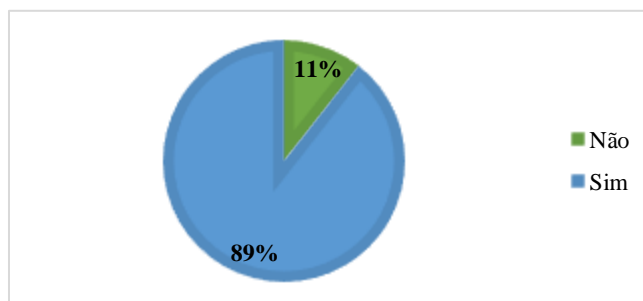


Gráfico 17 - Existência de um SCI

Fonte: Elaboração própria

Uma vez que apenas 93 indivíduos responderam afirmativamente à questão anterior, nas próximas questões desta terceira parte do questionário a dimensão da amostra é igual a 93.

No que concerne à forma como o CI é aplicado na organização, a maioria dos inquiridos, 87%, afirmam que o CI é aplicado formalmente, respeitando um manual de procedimentos, contra 13% que afirmam que apesar da existência de um manual de CI, este não é aplicado de modo formal, e sem o seguimento do manual de procedimentos.

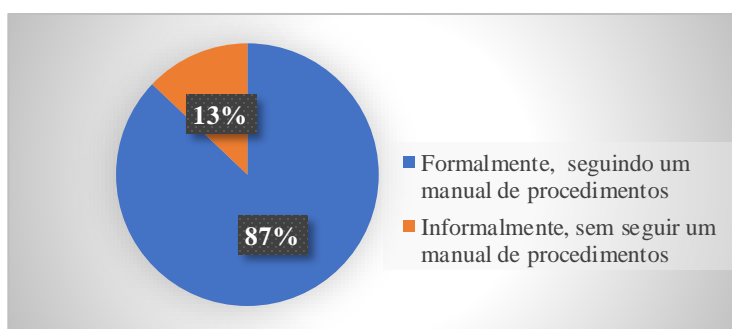


Gráfico 18- Forma de aplicação do CI

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito às técnicas de controlos usadas na organização, e na base de contagem de respostas dos inquiridos, os controlos preventivos são o tipo de controlo mais usado, com 28.87%, seguido dos controlos detetivos (24.05%), como podemos constatar no gráfico 19.

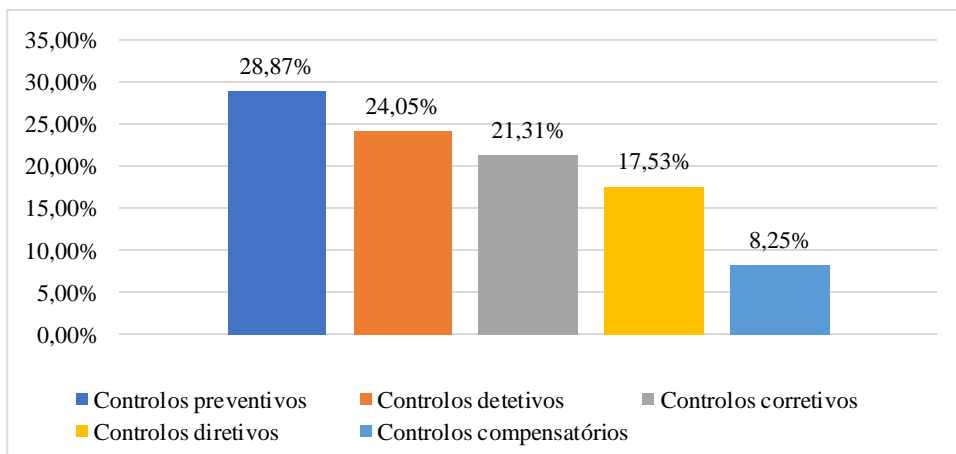


Gráfico 19 - Técnicas de CI

Fonte: Elaboração própria

Quanto à área da atuação do CI na organização, após a contagem das respostas (visto que os inquiridos podiam escolher uma ou mais opções), a maioria afirma que o CI atua principalmente na área de revisão dos controles operacionais (12.34%), seguido da garantia da eficiência das operações com 11.20%. A revisão dos processos de sistema de informação com 10.23%, a garantia da integridade da informação financeira e a garantia da confiança da informação financeira representam 10.06%, respectivamente, tal como é possível verificar no gráfico 20.

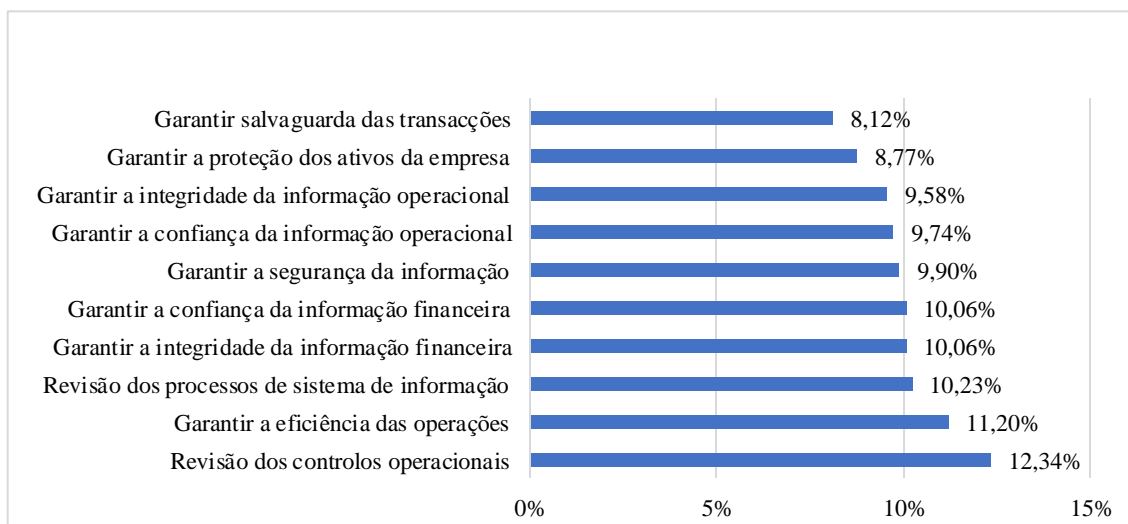


Gráfico 20 - Área de atuação do CI

Fonte: Elaboração própria

A quinta e a sexta questões de investigação relacionam-se com as perguntas 17, 18 e 19 do questionário, onde os inquiridos têm que responder usando uma escala de Likert de 5 pontos, exprimindo o seu nível de concordância.

Na quinta pergunta de investigação, relativa à hipótese 2 do estudo, que afirma que *o CI é uma peça crucial da AI*, foi questionada *a forma como o controlo interno ajuda as organizações no estabelecimento dos seus objetivos organizacionais*. Foram elaboradas 3 afirmações para conhecer as opiniões dos inquiridos.

De acordo com a primeira afirmação, 87.10% dos inquiridos concordam que as atividades do CI que engloba políticas, procedimentos e práticas estabelecidas pela organização ajudam as organizações no estabelecimento dos seus objetivos organizacionais.

A segunda afirmação sugere que toda a informação relevante deve circular a todos os níveis da empresa. Foi obtido um total de 75.27% de respostas concordantes. A circulação de todas as informações relevantes ajuda as organizações na tomada de decisões.

Quanto à terceira afirmação, a grande maioria dos indivíduos (89.25%) concorda que a comunicação atempada de toda informação relevante a todos os intervenientes nos processos decisivos ajuda as organizações na definição dos seus objetivos organizacionais, tal como é possível verificar na tabela seguinte.

De que forma o controlo interno ajuda as organizações no estabelecimento dos seus objetivos organizacionais?	A atividade de controlo engloba políticas, procedimentos e práticas estabelecidas pela organização para garantir que as diretrizes do órgão de gestão são levados à efeito.		Toda a informação relevante deve circular a todos os níveis da empresa.		Toda informação relevante deve ser comunicada atempadamente a todos os intervenientes nos processos decisivos da organização.	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
Concordo completamente	52	55,91%	47	50,54%	56	60,22%
Concordo	29	31,18%	23	24,73%	27	29,03%
Não concordo nem discordo	12	12,90%	13	13,98%	6	6,45%
Discordo	0	0,00%	7	7,53%	4	4,30%
Discordo completamente	0	0,00%	3	3,23%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 7 - O CI e os objetivos organizacionais

Fonte: Elaboração própria

Após a análise da tabela 7, é possível verificar que 83.87% dos inquiridos consideram que o CI ajuda as organizações no estabelecimento dos seus objetivos organizacionais. Apenas 5.02% dos inquiridos discordam com essas afirmações, como podemos ver no gráfico de valores agregados seguinte.

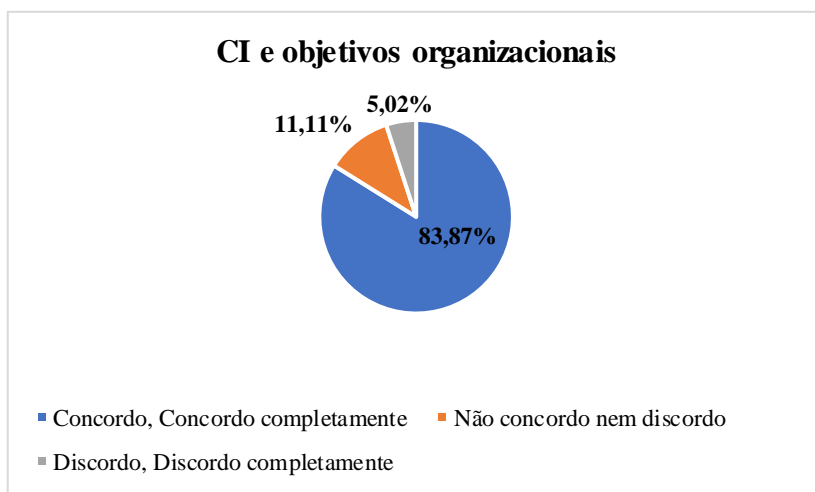


Gráfico 21 - Anexo da Tabela 8 - Confirmação da H1

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à sexta questão da investigação do estudo, foi questionado se *o CI é fundamental para os trabalhos da AI*. Quando questionado sobre a importância do CI para os trabalhos da AI, a maior parte dos inquiridos, 88.17%, concordam que o CI é fundamental para os trabalhos da AI. Relativamente à segunda e à terceira afirmações, a maioria dos inquiridos concorda que, de facto, o ambiente de controlo constitui a base para criação de qualquer SIC (88.17%), assim como a monitorização dos controlos permite à organização avaliar o funcionamento de todos os componentes do seu SCI (87.10%).

O CI é fundamental para os trabalhos da AI?	O controlo interno é fundamental para os trabalhos da AI.		O ambiente de controlo constitui a base para criação de qualquer SIC.		A monitorização dos controlos permite a organização avaliar o funcionamento de todos os componentes do seu SCI.	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
Concordo completamente	58	62,37%	49	52,69%	52	55,91%
Concordo	24	25,81%	33	35,48%	29	31,18%
Não concordo nem discordo	10	10,75%	10	10,75%	9	9,68%
Discordo	1	1,08%	1	1,08%	3	3,23%
Discordo completamente	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 8 - O CI é fundamental para os trabalhos da AI

Fonte: Elaboração própria

Após analisar a tabela 8 é possível verificar que a maior percentagem dos inquiridos concorda que o CI é fundamental para os trabalhos da AI, tal é demonstrado na tabela seguinte.

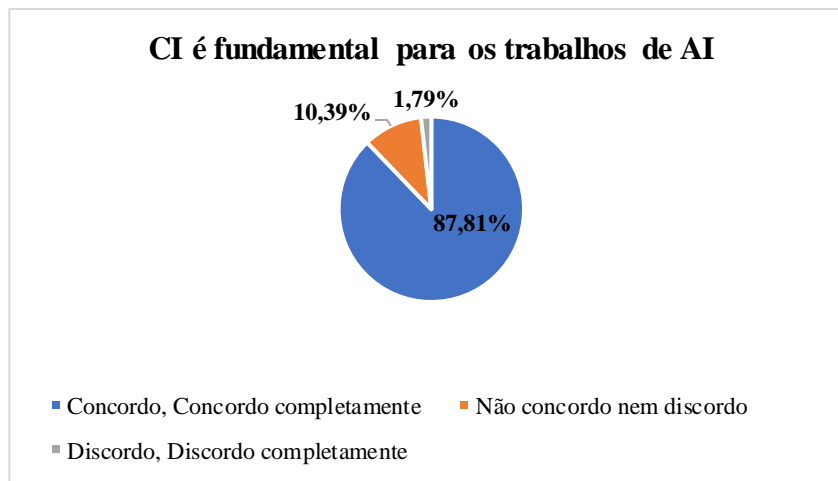


Gráfico 22 - O CI é fundamental para os trabalhos da AI (valores agregados)  
 Fonte: Elaboração própria

A sétima questão da investigação do estudo procura saber como *o CI ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraudes*. Podemos verificar na tabela abaixo que, de acordo com a primeira afirmação, 91.40% inquiridos concordam que o CI ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraude contra apenas 1.08% de discordantes. De acordo com a segunda afirmação, 73.12% da amostra acha que a avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão e que o permite mitigar os riscos de fraude. Quanto a terceira e a quarta afirmações, também a maior parte dos inquiridos concorda com essas afirmações, seja 75.27% e 78.49%, respetivamente.

O controlo interno ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraudes?	O CI ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraude.		A avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão.		A Lei SOX protege os investidores contra os riscos de fraude.		A Lei SOX aumenta a confiabilidade das DF's.	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
Concordo completamente	62	66,67%	41	44,09%	41	44,09%	44	47,31%
Concordo	23	24,73%	27	29,03%	29	31,18%	29	31,18%
Não concordo nem discordo	7	7,53%	18	19,35%	20	21,51%	17	18,28%
Discordo	1	1,08%	7	7,53%	3	3,23%	3	3,23%
Discordo completamente	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 9 - O CI e a mitigação dos riscos de fraudes  
 Fonte: Elaboração própria

A análise da tabela 9 permite concluir que 79.93% da amostra concorda que o controlo interno ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraudes.

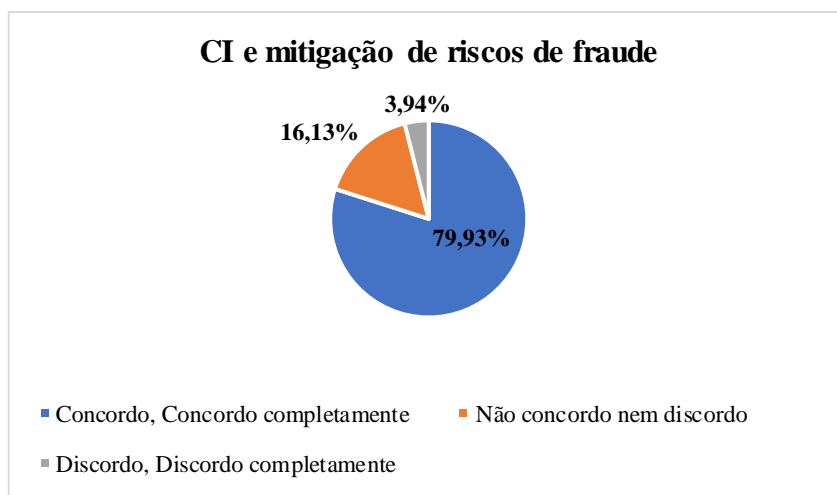


Gráfico 23 - O CI e a mitigação dos riscos de fraudes (valores agregados)

Fonte: Elaboração própria

A oitava questão da investigação do estudo questiona se *a implementação do manual do controlo interno na organização fornece uma garantia quanto a criação de valor para a organização*. De acordo com as respostas às quatro afirmações, a maior percentagem dos inquiridos respondeu positivamente a essas afirmações, como podemos constatar na seguinte tabela.

A implementação do manual do controlo interno na organização fornece uma garantia quanto a criação de valor para a organização?	O CI fornece uma garantia quanto a criação de valor para a organização.		O CI contribui para o crescimento das organizações.		O CI contribui para a sobrevivência das organizações.		A Lei SOX contribui para a melhoria do processo de CI das empresas.	
	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%	Nº de inquiridos	%
Concordo completamente	46	49,46%	53	56,99%	52	55,91%	42	45,16%
Concordo	29	31,18%	26	27,96%	23	24,73%	32	34,41%
Não concordo nem discordo	14	15,05%	12	12,90%	14	15,05%	17	18,28%
Discordo	4	4,30%	2	2,15%	4	4,30%	2	2,15%
Discordo completamente	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 10 - A implementação do manual do CI e a criação de valor para a organização

Fonte: Elaboração própria

Após a análise da tabela 10, constatamos que a maior parte dos respondentes, considera que a implementação do manual do controlo interno na organização fornece uma garantia quanto à criação de valor para a organização, com 81,45% respostas concordantes.

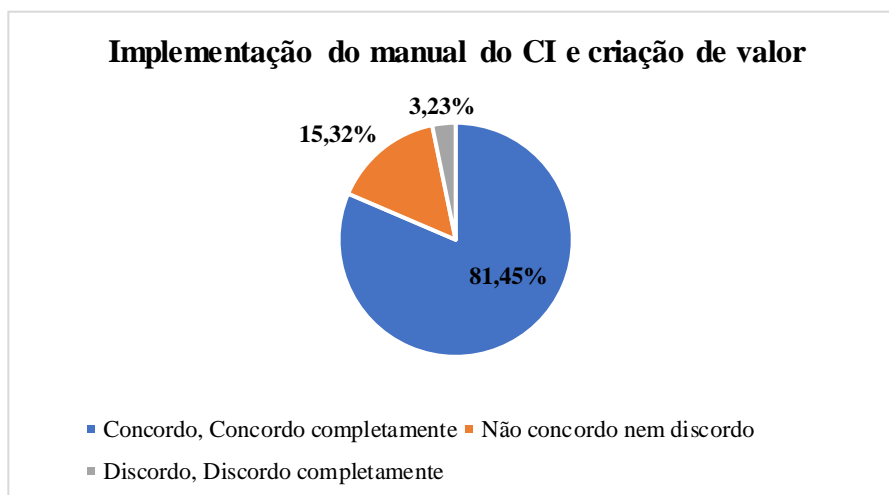


Gráfico 24 - A implementação do manual do CI e a criação de valor para a organização

Fonte: Elaboração própria

#### 5.1.4 Fraude e gestão de risco

Nesta secção analisaremos a terceira hipótese de investigação colocada neste estudo, relacionando-a com as questões de investigação e perguntas do questionário.

**H3: Existem ferramentas básicas que ajudam na prevenção e mitigação do risco.**

A quarta parte do questionário relativa à fraude e gestão de risco, aborda 5 questões de investigação que se relacionam com as quatro últimas questões do questionário (20<sup>a</sup>, 22<sup>a</sup>, 23<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup>), onde foram apresentadas várias afirmações aos inquiridos de modo a poderem ser avaliadas as suas opiniões.

A nona questão de investigação, baseada em Monteiro (2014), questiona *quais as razões que levam os managers/gestores e os colaboradores de uma organização a cometerem fraude*. Nesta questão, os inquiridos podiam escolher uma ou várias opções. De acordo com a tabela abaixo, a oportunidade é considerada como um dos principais motivos que levam os colaboradores e gestores a cometerem fraude, com 13.37% e 12.88%, respetivamente, seguido de pressão/incentivo, com 12.40% e 11.11%. A atitude/racionalização e a capacidade ocupam a 3<sup>a</sup> e a 4<sup>a</sup> posição, como se pode ver no seguinte gráfico.

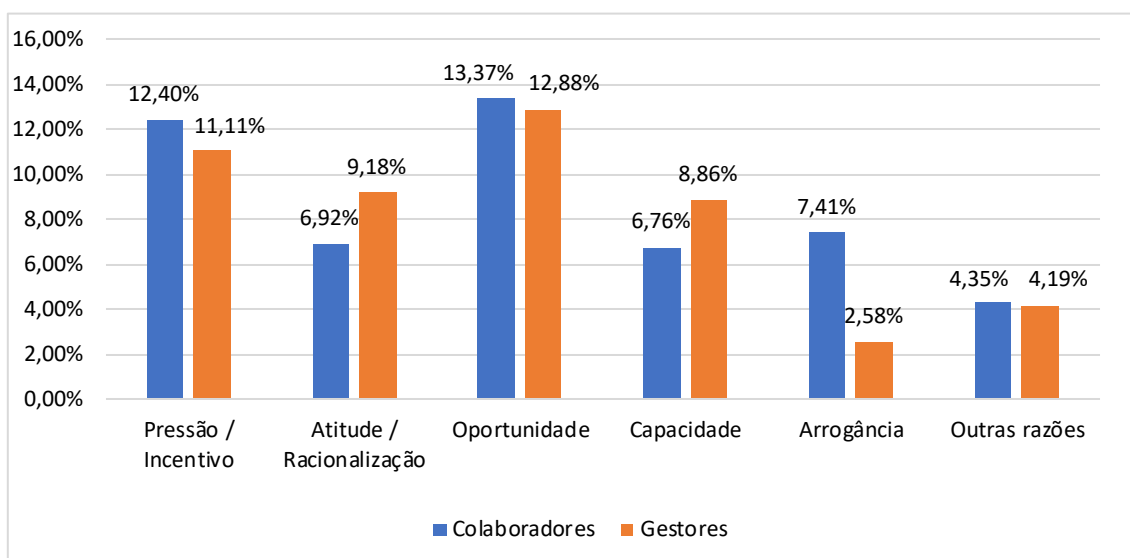


Gráfico 25 - Motivos de fraude

Fonte: Elaboração própria

Quanto aos riscos a que as organizações estão expostas, o gráfico abaixo mostra que a maioria dos inquiridos afirma que as organizações onde trabalham estão expostas aos seguintes riscos:

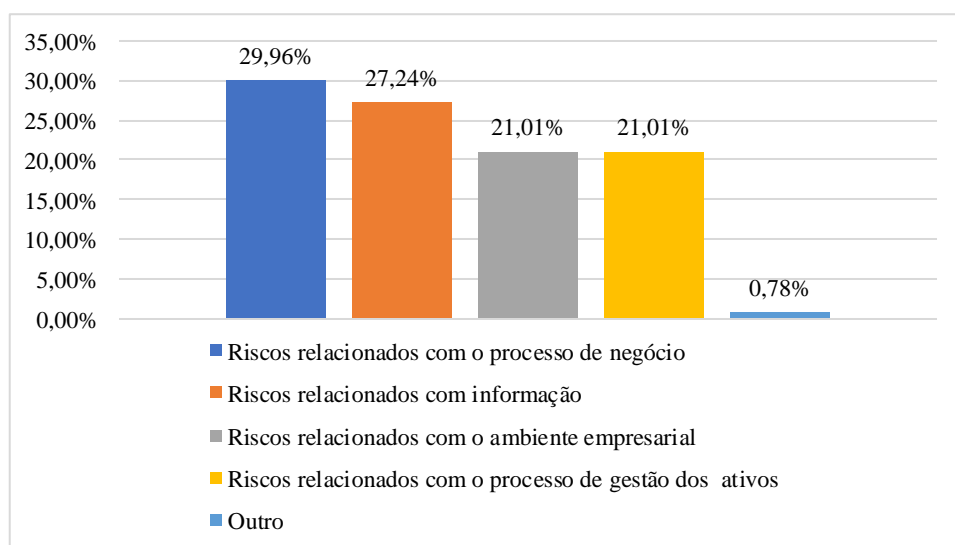


Gráfico 26 - Exposição aos riscos

Fonte: Elaboração própria

A décima questão da investigação questiona se a ausência de ferramentas de prevenção e mitigação de riscos pode ser considerada como oportunidade para os gestores cometerem fraudes. Para responder esta questão, procuramos saber junto dos inquiridos a importância que atribuem às ferramentas que permitem às organizações gerir os riscos. De acordo com as suas respostas, apenas 10.40% afirmam a inexistência de

ferramentas de gestão de risco. Por outro lado, 48.80% dos inquiridos afirmam que a organização usa a Norma ISO 31000 para gerir os riscos, 38.40% dos inquiridos afirmam que a organização usa o COSO – ERM - *Integrating with Strategy and Performance*, como podemos ver no gráfico.

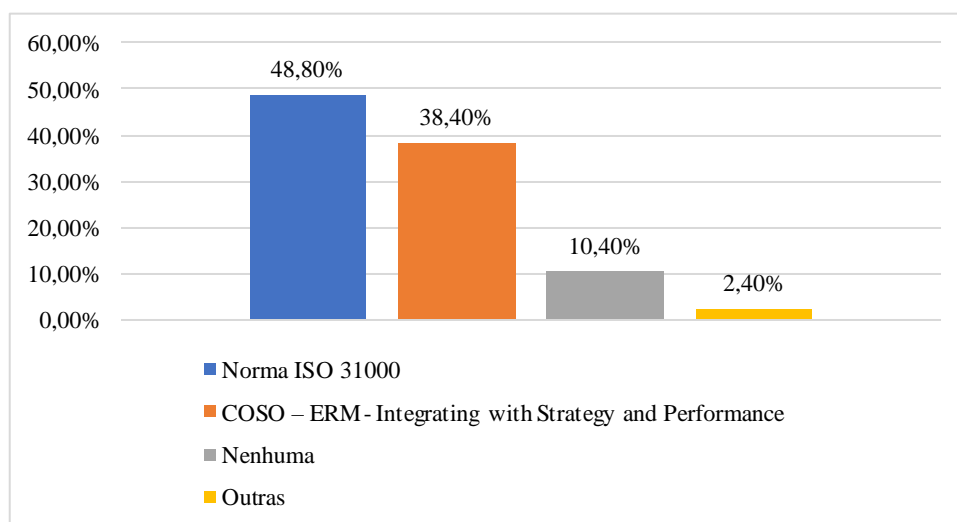


Gráfico 27 - Ferramentas de gestão de risco

Fonte: Elaboração própria

A ausência das ferramentas de prevenção e mitigação de risco pode ser visto como uma oportunidade para a ocorrência das fraudes nas organizações.

A décima primeira questão da investigação, baseada na Norma ISO 31000, questiona a forma como *a implementação da Norma ISO 31000 nas organizações de grandes dimensões pode contribuir para o combate ao risco de fraude*, e por sua vez, a hipótese 3 deste estudo afirma que *existem ferramentas básicas que ajudam na prevenção e mitigação do risco*. Como se pode ver no gráfico, a maior percentagem dos inquiridos (80,77%) concorda que a implementação da Norma ISO 31000 nas organizações de grandes dimensões contribui para o combate ao risco de fraude, contra apenas 2.76% dos que discordam.

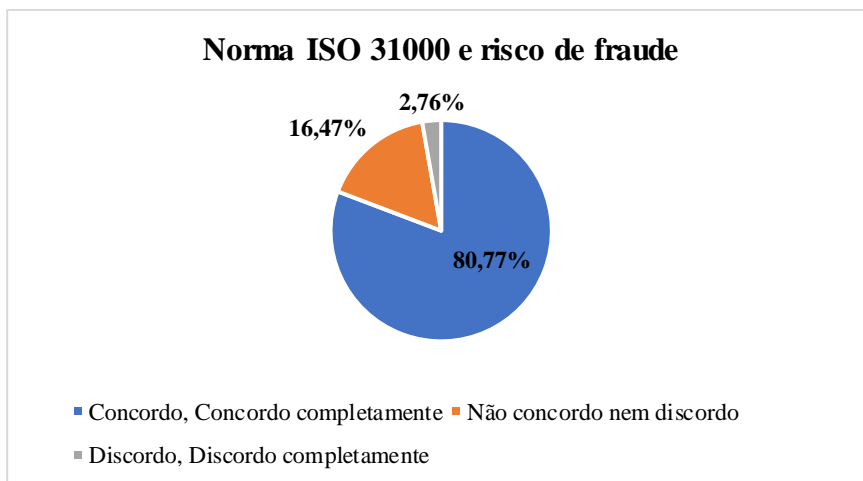


Gráfico 28 - A implementação da Norma ISO 31000 na organização

Fonte: Elaboração própria

Verificámos que mais de 80% dos inquiridos concordam que a implementação da Norma ISO 31000 nas organizações de grandes dimensões pode contribuir para o combate ao risco de fraude.

A décima segunda pergunta de investigação, baseada em Castanheira (2007), questiona se *o COSO-ERM- Integrating with Strategy and Performance fornece uma garantia razoável quanto a redução dos riscos de fraude nas organizações.*

Como é possível observar no gráfico abaixo, uma grande percentagem dos inquiridos concorda com as afirmações baseadas nas funções do COSO-ERM- *Integrating with Strategy and Performance* que lhes foram apresentadas.

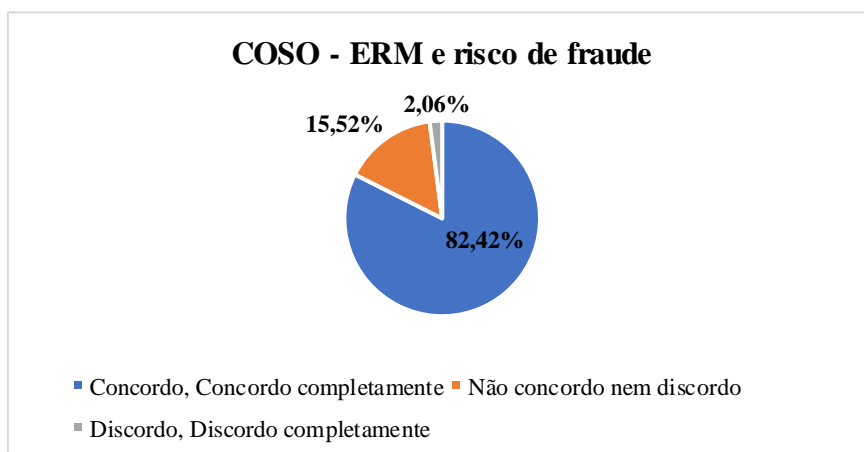


Gráfico 29 - O COSO – ERM- Integrating with Strategy and Performance e a gestão do risco de fraude

Fonte: Elaboração própria

### 5.1.5 Validação do modelo

Após a apresentação e a análise dos resultados obtidos no questionário, vamos apresentar as principais conclusões relativamente a cada pergunta e hipótese de investigação. Tais conclusões permitirão avaliar o modelo desenhado para o presente estudo.

De acordo com a **Hipótese 1 – “A AI é um contributo fundamental para a eficiência e eficácia de uma organização”**, onde foram elaboradas quatro perguntas de investigações, a primeira: “**Q1.** Assumindo uma posição privilegiada dentro de uma organização, de que forma a AI contribui para a deteção, a prevenção e a minimização dos riscos de fraudes nas organizações?”. A pergunta do questionário que responde a esta questão é a 13. Através da análise descritiva, foi possível concluir que 88.78% dos inquiridos concordam que a AI contribui para a deteção, a prevenção e a minimização dos riscos de fraudes nas organizações.

A segunda pergunta da investigação é: “**Q2.** A independência e o acesso direto aos gestores do topo e ao órgão de administração permitem ao auditor interno concluir sobre o desempenho dos mesmos?”. A pergunta do questionário que responde a esta questão é a 13. Após a análise das respostas relativa à esta questão, verificamos que 79.17% da amostra afirma que a independência e o acesso direto aos gestores do topo e ao órgão de administração permitem ao auditor interno concluir sobre o desempenho dos mesmos.

A terceira pergunta da investigação relativa à hipótese 1 é: “**Q3.** De que forma a auditoria interna ajuda aos gestores do topo e ao órgão de administração na planificação estratégica?”. A pergunta do questionário que responde a esta questão é a 14. Relativamente a esta pergunta de investigação, 87.50% dos inquiridos concordam que a auditoria interna ajuda aos gestores do topo e o órgão de administração na planificação estratégica.

No que concerne à quarta pergunta de investigação: “**Q4.** Como é que os trabalhos da auditoria interna contribuem para a criação de valor para a organização?”. A pergunta do questionário que responde a esta questão é a 14. Através da análise das respostas, constatámos que 89.42% da amostra concorda que os trabalhos da auditoria interna contribuem para a criação de valor para a organização.

De evidenciar que quando questionados sobre a existência de um departamento de AI, 75% dos inquiridos afirmaram que a organização para a qual exercem a atividade profissional, possui um departamento da AI.

De um modo global, após a análise das respostas é possível concluir que a hipótese 1 do estudo foi verificada.

Apurou-se ao longo do estudo que a AI foi considerada como elemento importante em qualquer organização, passando a fazer parte das boas práticas e apoiando as tomadas de decisão por parte da gestão, de forma eficiente e eficaz, sobretudo na identificação dos riscos que envolvem uma organização, conseguindo-se, assim, lidar melhor com os mesmos e originando a criação de valor.

Para a **Hipótese 2 – “O controlo interno é uma peça crucial da AI.”**, foram elaboradas quatro perguntas de investigação.

A quinta pergunta da investigação relativa a segunda hipótese 2, prende-se com o seguinte: “Q5. De que forma o controlo interno ajuda as organizações no estabelecimento dos seus objetivos organizacionais?”. A pergunta do questionário que responde a esta questão é a 17. Obteve-se 83.87% de concordância que o CI ajuda as organizações no estabelecimento dos seus objetivos organizacionais.

Na sexta pergunta da investigação, que corresponde à questão 18 do questionário, notamos que 87.81% dos inquiridos concordam que o controlo interno é fundamental para os trabalhos da auditoria interna.

A sétima pergunta de investigação relaciona-se com a questão 19 do questionário. Observou-se que 79.93% dos inquiridos afirmam que o controlo interno ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraudes.

A oitava pergunta da investigação que corresponde a questão 19 do questionário, é: “Q8. A implementação do manual do controlo interno na organização fornece uma garantia quanto a criação de valor para a organização?”. A maioria dos inquiridos (81.45%) concorda que a implementação do manual do controlo interno na organização fornece uma garantia quanto à criação de valor para a organização.

Após a análise da relação entre as questões de investigação e as questões do questionário, constata-se que a hipótese 2 é consistente. É de realçar que os inquiridos consideram que o CI constitui uma peça crucial não só para a AI, mas para toda a

organização, pois contribui para a definição dos objetivos estratégicos, a mitigação dos riscos de fraudes e consequentemente a criação de valor para a organização.

Podemos concluir que, a auditoria interna, assim como o controlo interno, conseguem criar valor para uma organização. Ambos melhoram a área de análise e gestão de risco, possibilitando assim o alcance aos objetivos estratégicos pré-determinados por uma organização.

Por último, a **Hipótese 3 – “Existem ferramentas básicas que ajudam na prevenção e mitigação do risco”**. Para tal, foram elaboradas quatro questões de investigação que se relacionam com as questões 20, 22, 23 e 24 do questionário, que irão ser analisadas em seguida.

Pretende-se saber, com a nona questão de investigação, o seguinte: “Q9. Quais são as razões que levam os managers/gestores/colaboradores de uma organização a cometer fraude?” Após a contagem das respostas dos inquiridos, percebeu-se que são os mesmos motivos que levam os gestores e os colaboradores a cometerem fraudes nas organizações, pois, a oportunidade e a pressão aparecem em primeiro e segundo lugar, seguidos por atitude e a capacidade.

A 10ª pergunta de investigação foi a seguinte: “Q10. A ausência das ferramentas de prevenção e mitigação de riscos podem ser consideradas como oportunidade para os gestores cometerem fraudes?” De acordo com as suas respostas, verificamos que apenas 10.40% afirmam a inexistência de ferramentas de gestão de risco, o que se pode explicar pela dimensão da organização. Foi evidenciado que, 48.80% dos inquiridos afirmam que a organização usa a Norma ISO 31000 para a gerir os riscos, 38.40% dos inquiridos afirmam que a organização usa o COSO – ERM - *Integrating with Strategy and Performance*.

De seguida, a 11ª questão de investigação foi “Q11. De que forma a implementação da Norma ISO 31000 nas organizações de grandes dimensões contribui para o combate ao risco de fraude?” A maior percentagem dos inquiridos (80,77%) concorda que a implementação da Norma ISO 31000 nas organizações de grandes dimensões contribui para o combate ao risco de fraude, contra apenas 2.76% de discordantes.

Por último, a 12ª pergunta da investigação que se relaciona com a questão 24 do questionário foi a seguinte: “Q12. O COSO – ERM - *Integrating with Strategy and*

Performance fornece uma garantia razoável quanto a redução dos riscos de fraude nas organizações?” Conclui-se que 82.42% da amostra afirma que O COSO – ERM- Integrating with Strategy and Performance fornece uma garantia razoável quanto a redução dos riscos de fraude nas organizações.

De uma forma geral, testou-se a veracidade da hipótese 3, e entende-se que as ferramentas básicas abordadas neste estudo ajudam as organizações na prevenção e mitigação do risco aos quais elas estão expostas. Verificou-se que essas ferramentas ajudam a organização na gestão de riscos através de uma abordagem sistemática, transparente e credível, tornando eficaz a gestão de risco se forem cumpridos.

### **Hipótese 1 – “A AI é um contributo fundamental para a eficiência e eficácia de uma organização”**

De acordo com as respostas concordantes das afirmações relativamente à H1, elaboramos a seguinte tabela de concordância:

Afirmação	Percentagem de Concordância	Ponderação	Valor final	Taxa de confirmação
A auditoria interna contribui para a criação de valor para as organizações	88,46%	6,25%	5,53%	27,79%
A independência do auditor interno permite concluir sobre o desempenho da administração	80,77%	6,25%	5,05%	
O acesso direto aos gestores e à administração permite ao auditor interno concluir sobre a eficácia dos mesmos	79,81%	6,25%	4,99%	
O acesso direto aos gestores e à administração permite ao auditor interno concluir sobre a eficiência dos mesmos	76,92%	6,25%	4,81%	
As informações prestadas pela atividade da auditoria interna têm influência no processo de tomada de decisão de uma organização	87,50%	6,25%	5,47%	
A auditoria interna contribui para a deteção dos riscos de fraude nas organizações	88,46%	6,25%	5,53%	
A auditoria interna contribui para a prevenção dos riscos de fraude nas organizações	90,38%	6,25%	5,65%	
A auditoria interna permite minimizar os riscos de fraude nas organizações	87,50%	6,25%	5,47%	
A auditoria interna constitui uma função de apoio à gestão	90,38%	6,25%	5,65%	
A auditoria interna auxilia as empresas na obtenção de eficiência e eficácia dos processos e recursos internos	87,50%	6,25%	5,47%	
Identificar os riscos de negócio	83,65%	6,25%	5,23%	
Gerir os riscos de negócio	69,90%	6,25%	4,37%	
Apoiar os órgãos de gestão na planificação estratégica	76,70%	6,25%	4,79%	
Mitigar a ocorrência de fraude na organização	81,73%	6,25%	5,11%	
Acompanhar a implementação das ações corretivas	82,69%	6,25%	5,17%	
Contribuir para a criação de valor para a organização	81,73%	6,25%	5,11%	
Subtotal			83,38%	

Tabela 11 - Confirmação da H1  
Fonte: Elaboração própria

A hipótese 1 foi confirmada com a taxa de concordância de 83.38% da amostra. Assim sendo, podemos concluir que 83.38% dos inquiridos têm uma opinião positiva quanto ao contributo da AI para a eficiência e eficácia de uma organização.

### **Hipótese 2 – “O controlo interno é uma peça crucial da AI**

A tabela abaixo resume as opiniões concordantes dos inquiridos face às afirmações relacionados com a H2.

Afirmação	Percentagem de Concordância	Ponderação	Valor final	Taxa de confirmação
O controlo interno é fundamental para os trabalhos da auditoria interna	88,17%	7,14%	6,30%	<b>27,60%</b>
O ambiente de controlo constitui a base para criação de qualquer sistema de controlo interno	88,17%	7,14%	6,30%	
A avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão	73,12%	7,14%	5,22%	
A atividade de controlo engloba políticas, procedimentos e práticas estabelecidas pela organização para garantir que as diretrizes do órgão de gestão são levados a efeito	87,10%	7,14%	6,22%	
Toda a informação relevante deve circular a todos os níveis da empresa	75,27%	7,14%	5,38%	
Toda informação relevante deve ser comunicada atempadamente a todos os intervenientes nos processos decisivos da organização.	89,25%	7,14%	6,37%	
A monitorização dos controlos permite à organização avaliar o funcionamento de todos os componentes do seu SCI	87,10%	7,14%	6,22%	
O controlo interno ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraude	91,40%	7,14%	6,53%	
O controlo interno contribui para o crescimento das organizações	84,95%	7,14%	6,07%	
O controlo interno contribui para a sobrevivência das organizações	80,65%	7,14%	5,76%	
A Lei Sarbanes Oxley contribui para a melhoria do processo de controlo interno das empresas	79,57%	7,14%	5,68%	
A Lei Sarbanes Oxley aumenta a confiabilidade das demonstrações financeiras	78,49%	7,14%	5,61%	
A Lei Sarbanes Oxley protege os investidores contra os riscos de fraude.	75,27%	7,14%	5,38%	
O controlo interno fornece uma garantia quanto à criação de valor para a organização	80,65%	7,14%	5,76%	
<b>Subtotal</b>			<b>82,80%</b>	

Tabela 12 - Confirmação da H2

Fonte: Elaboração própria

A hipótese 2 registou uma taxa de concordância de 82.80%. numa amostra de 93 indivíduos. 82.80% dos respondentes concordam que o CI é uma peça crucial não só para a AI, mas para a organização no seu todo.

**Hipótese 3 – “Existem ferramentas básicas que ajudam na prevenção e mitigação do risco”**

As respostas concordantes a cada uma das afirmações relacionadas com a H3 permite-nos construir a seguinte tabela de concordância.

Afirmação	Percentagem de Concordância	Ponderação	Valor final	Taxa de confirmação
Encorajar a gestão proativa	83,65%	4,35%	3,64%	27,09%
Identificar as oportunidades e ameaças	83,65%	4,35%	3,64%	
Melhorar os relatos obrigatórios e voluntários	77,88%	4,35%	3,39%	
Melhorar os controlos	83,65%	4,35%	3,64%	
Afetar e utilizar os recursos no tratamento do risco de forma eficaz	80,77%	4,35%	3,51%	
Estabelecer uma base fiável para tomada de decisões e planeamento	83,65%	4,35%	3,64%	
Cumprir as obrigações legais e regulamentares e normas internacionais aplicáveis	80,77%	4,35%	3,51%	
Melhorar a prevenção de perdas	76,92%	4,35%	3,34%	
Melhorar a gestão de incidentes	80,77%	4,35%	3,51%	
Melhorar a resiliência organizacional	79,81%	4,35%	3,47%	
Definir o contexto de análise do risco	82,69%	4,35%	3,60%	
Identificar, caracterizar e avaliar o impacto da ocorrência do risco	80,77%	4,35%	3,51%	
Analisar as vulnerabilidades dos ativos críticos e das ameaças específicas	79,81%	4,35%	3,47%	
Avaliar riscos através da probabilidade esperada e o impacto decorrente	79,81%	4,35%	3,47%	
Tratar os riscos identificando e priorizando ações para reduzi-los	79,81%	4,35%	3,47%	
Supervisionar e analisar os resultados	77,88%	4,35%	3,39%	
Identificar eventos	82,69%	4,35%	3,60%	
Avaliar riscos	85,58%	4,35%	3,72%	
Definir o grau de apetência ao risco	80,77%	4,35%	3,51%	
Determinar o nível de tolerância ao risco para designar o nível de variação aceitável no alcance de um certo objetivo	81,73%	4,35%	3,55%	
Estabelecer processos que permeiam toda a organização no sentido de identificar possíveis eventos que possam afetar a organização e gerir riscos	83,65%	4,35%	3,64%	
Fornecer uma garantia razoável quanto ao alcance dos objetivos da organização	76,92%	4,35%	3,34%	
Monitorizar de forma contínua os riscos	85,58%	4,35%	3,72%	
Subtotal			81,27%	

Tabela 13 - Confirmação da H3

Fonte: Elaboração própria

Para a hipótese 3 obteve-se uma taxa de confirmação de 81.27%. Assim, relativamente à gestão do risco, o tema principal deste trabalho, 81.27% da amostra concorda que as ferramentas abordadas neste estudo ajudam as organizações na prevenção e mitigação do risco.

De acordo com as opiniões concordantes dos inquiridos relativamente às 3 hipóteses, foi construída uma tabela global de concordância.

Hipótese	Ponderação	Valor final	Taxa de confirmação
H1	33,33%	83,38%	27,79%
H2	33,33%	82,80%	27,60%
H3	33,33%	81,27%	27,09%
<b>Total</b>			<b>82,47%</b>

Tabela 14 - Confirmação do modelo de análise

Fonte: Elaboração própria

Relativamente às hipóteses de estudo, cuja ponderação individual considerada pelo modelo de análise contruído correspondia a 33.33%, é possível afirmar que foi obtida 82.47% de confirmação da totalidade das hipótese. As três hipóteses tiveram uma taxa de confirmação de mais de 27% cada, como podemos ver na tabela acima.

## CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

---

## 6 Conclusão

O crescimento do mercado empresarial contribuiu para o aumento da concorrência entre as organizações, forçando a sua adaptação às constantes mudanças. Ao responder às complexas necessidades do mercado, as organizações estão expostas a inúmeros riscos, alguns dos quais podem causar danos significativos à organização.

Neste trabalho procurou-se refletir sobre a forma como a auditoria interna pode contribuir para a minimização dos riscos de fraude nas organizações, com enfoque nos instrumentos que auxiliam a auditoria interna na gestão dos riscos de fraude. A abordagem de vários conceitos chave na revisão da literatura, foi-se direcionando na sequência do desenvolvimento do objeto de estudo, o que permitiu elaborar o estudo empírico.

Após o enquadramento literário seguiu-se a exposição e defesa da metodologia a utilizar. O instrumento de recolha de dados utilizado foi o inquérito por questionário dirigido a profissionais de auditoria, contabilidade, gestão, economia e áreas afins, tendo sido obtidas 104 respostas.

Após uma análise às respostas obtidas no questionário, foi possível concluir que 75% dos inquiridos afirmam que a organização onde trabalham possui um departamento da AI, o que significa que, apesar da maioria das empresas dos inquiridos adotar práticas de Auditoria Interna, ainda existe uma certa resistência por parte dos Gestores à implementação do Departamento de Auditoria Interna nas suas organizações. No entanto, 83.38% dos inquiridos consideram que a auditoria interna é um contributo fundamental para a eficiência e eficácia de uma organização, o que significa que, a curto prazo, poderá haver mudança de paradigma por parte dos gestores em relação à AI. Por sua vez, 82.80% da amostra concorda que o controlo interno constitui uma peça crucial para a AI, não só pelo seu contributo para os trabalhos da AI, mas também, pelo seu contributo para a consecução dos objetivos da entidade e pelo respeito das políticas e procedimentos estabelecidos pela organização. Por fim, 81.27% dos indivíduos concordam que as ferramentas de gestão de risco abordadas neste estudo ajudam as organizações na prevenção e mitigação do risco de fraude, proporcionando, deste modo, uma garantia razoável quanto à criação de valor para a organização.

No que concerne às hipóteses de estudo, cuja ponderação individual considerada pelo modelo de análise contruído correspondia a 33.33%, é possível afirmar que foi obtida

82.47% da taxa de confirmação. Deste modo, a AI foi considerada essencial no combate aos riscos de fraudes e outras irregularidades, permitindo dessa forma às organizações alcançarem os seus objetivos.

Assim, com a confirmação da totalidade das hipóteses, é possível afirmar que o objetivo do estudo foi alcançado, dando reforço ao tema desta dissertação “A contribuição da Auditoria Interna para a minimização do risco de fraude nas organizações”.

### **Limitações ao estudo**

Considero que o tempo e as dificuldades na obtenção de respostas por parte dos Órgãos de Gestão/Colaboradores das empresas foram as maiores limitações no presente trabalho de investigação. Como tal, uma vez que quase todos os gestores/colaboradores inquiridos se mostraram indisponíveis para colaborar no presente estudo, foi necessário optar por englobar um maior número de indivíduos que trabalham diretamente com a Auditoria Interna, controlo interno, gestão de risco e as áreas afins, o que tornou a amostra bastante limitada para a realização do trabalho de investigação em causa.

### **Recomendações para futuras investigações**

Relativamente às recomendações para futuras pesquisas, seria interessante alargar a investigação a uma amostra maior e cuja abrangência ficasse mais demarcada por Órgãos de Gestão. Seria também interessante alargar o estudo para o método misto, isto é, conciliar os questionários com entrevistas, de modo a perceber melhor a visão dos inquiridos acerca da Auditoria Interna, controlo interno, gestão de risco.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT NBR ISO 31000 (2018). *Gestão de riscos — Diretrizes, 2ª edição*  
[https://dintegcgc.in.saude.gov.br/attachments/download/23/2018%20-%20Diretrizes%20-%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos\\_ABNT%20NBR%20ISO%2031000.pdf](https://dintegcgc.in.saude.gov.br/attachments/download/23/2018%20-%20Diretrizes%20-%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos_ABNT%20NBR%20ISO%2031000.pdf)
- ACFE - Association of Certified Fraud Examiners (2014). *Report to the Nation - On Occupational Fraud and Abuse - 2014 Global Fraud Study*
- ACFE - Association of Certified Fraud Examiners. (2021). *Fraud Resources - The Fraud Triangle*.
- Alves, J. (2015). *Princípios e prática de auditoria e revisão de contas, 1ª Edição – Lisboa, Edição Sílabo, LDA*
- Almeida, B. J. M. (2017). *Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco (2ª ed.)*. Lisboa: Escolar Editora.
- Almeida, M. (2003). *Auditoria: um curso moderno e completo (6ª Edição)*. São Paulo: Editora Atlas.
- Almeida, L.S., & Freire, T. (2007). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação (4ª Edição)*. Braga: Psiquilibrios
- Castanheira, N. (2007). *Auditoria Interna Baseada no Risco – Estudo do Caso Português. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade do Minho, Braga*.
- Cavadas, J. (2016). *Os riscos associados a um processo de Auditoria Financeira. Relatório Estágio de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto*.
- Committee of Sponsoring Organizations. (COSO, 2013). *Internal control – Integrated framework*.
- COSO. (2004). *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Enterprise Risk Management Framework*. New York: American Institute of Certified Public Accountants
- COSO (2007). *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.
- Gerenciamento de Riscos Corporativos - *Estrutura Integrada*. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>.
- COSO (2013). *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Internal Control - Integrated Framework*. Disponível em: [https://na.theiia.org/standardsguidance/topics/Documents/Executive\\_Summary.pdf](https://na.theiia.org/standardsguidance/topics/Documents/Executive_Summary.pdf)
- COSO (2020). *Enterprise Risk Management*. Obtido de <https://www.coso.org/Documents/Compliance-Risk-Management-Applying-the-COSO-ERM-Framework.pdf>
- Donald Ray Cressey (1953). *Other People's Money: A study in the social psychology of embezzlement*. Editora: Free Press, Glencoe, Ill
- Dubis, G., Akresh, A., Jain, P., Morley, L., Phipps, T. e Schmidt, R. (2009). *Internal Audit and fraud. IPPF Practice Guide*. Altamonte Springs: The Institute of Internal Auditors Research Foundation. [https://internalaudit.louisiana.edu/sites/auditor/files/1011919\\_2029.dl\\_PG%20IA%20and%20Fraud.pdf](https://internalaudit.louisiana.edu/sites/auditor/files/1011919_2029.dl_PG%20IA%20and%20Fraud.pdf)
- GIL, António C. (2008). *“Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”, 6ª ed., Editora Atlas (São Paulo)*.
- Hill, M. M. & A. (2012). *Investigação por questionário (2ª ed.)*. Edições Sílabo.
- Hussein, Haji (2008). *E- Commerce e Ressource Centre; Article; Risk Assesment; Using COBIT® as a Guide Risk Assesment Assurande Services*  
<http://fata86.webs.com/riskassesment.html>
- IFAC. (2009b). *International Standard on Auditing 315. Auditing (Vol. 315)*.
- IIA (2009). *Enquadramento Internacional de práticas profissionais de auditoria interna – Tradução do IPAI Agosto 2009. I.T.I.o. I. Auditors. Lisboa*
- IIA. (2017). *International Standards For The Professional Practice Of Internal Auditing (Standards)*. <https://na.theiia.org/standards-guidance/public%20documents/ippf-standards-2017.pdf>

- IPAI. (2009). *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna* [https://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf\\_2009\\_port\\_normas\\_0809\\_1252171596.pdf](https://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_2009_port_normas_0809_1252171596.pdf)
- ISA 315 (Revista). *Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente. Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados - Edição 2015 Parte I.*
- João Felipe Neves (TOC nº60 670). *A importância de um sistema de controlo interno - TOC 99 - Junho 2008*
- Keenan, M. (2015). *Research methods. Salem Press Encyclopedia. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ers&AN=100259293&site=eds-live>*
- Kulikova, L. I., & Satdarova, D. R. (2016). *Internal control and compliance-controls effective methods of management, detection and prevention of financial statement fraud.*
- Lima E. R. (1985). *Os sistemas de controlo interno das empresas. Aveiro*
- Madinabeitia, L. (2014). *Factores explicativos del fraude empresarial y medidas adoptadas: caso español. Tese de Mestrado em Fiscalidad y Administración Pública. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales – Universidad del País Vasco, Seville. 40 pp.*
- Monteiro, L. (2014). *Auditoria Interna : Contributo para a Prevenção e Detecção de Fraude nas Organizações. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.*
- MORAIS, Georgina; Martins, Isabel. (2013). *“Auditoria interna: função e processo”, 4ª Edição. Lisboa, Áreas Editora.*
- Moeller, R. R. (2007). *COSO Enterprise Risk Management: Understanding the New Integrated ERM Framework. New Jersey: John Wiley & Sons Inc.*
- NP ISO31000- 2012 Gestão do risco – *Princípios e linhas de orientação-Edição agosto de 2012*
- Neves, J. (2018). *A Auditoria Externa e Interna como instrumento de auxílio à Gestão: Estudo no distrito de Braga (Dissertação de Mestrado)*
- Pamponet, A.V. (2009). *Auditoria Interna de processos. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/artigos/auditoriainternadeprocessos.pdf>*
- Pedrosa, A. C., & Gama, S. (2016). *Introdução computacional à Probabilidade e Estatística com Excel (3ª Edição). Porto: Porto Editora.*
- PCAOB.(2002). *Sarbanes Oxley Act. [https://pcaobus.org/About/History/Documents/PDFs/Sarbanes\\_Oxley\\_Act\\_of\\_2002.pdf](https://pcaobus.org/About/History/Documents/PDFs/Sarbanes_Oxley_Act_of_2002.pdf)*
- Pinheiro, J. L. (2014). *Auditoria Interna – Auditoria Operacional Manual Prático para Auditores Internos (3ª ed.). Letras e Conceitos Lda.*
- Pinheiro, J. (2014). *Auditoria Interna: Manual prático para auditores internos. 3ª Edição. Lisboa: Editora Rei dos Livros*
- Pinheiro, J. L. (Out /Dez 2005). *Auditoria interna – Criar sucesso. Revista de Auditoria Interna. Lisboa. nº22, 4-6*
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais, (4ª Edição). Lisboa: Gradiva.*
- Silva, P. (2016). *Diretrizes para a elaboração de um Plano de Continuidade de Negócios – Estudo de Caso. Dissertação em Sistemas de Informação Organizacionais. IPS.*
- Sousa, M. e Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios – segundo Bolonha (1ª Edição). Lisboa: Pactor.*
- Sousa, N. (2016). *A importância da Auditoria na deteção e prevenção da fraude (Doctoral dissertation). <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/9668>*
- TEIXEIRA, M. (2006). *Contributo da auditoria interna para uma gestão eficaz. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade Aberta de Coimbra.*
- Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação (1ª ed. ed.). (F. C. Gulbenkian, Ed.) Lisboa.*
- Wolfe, D., & Hermanson, D. R. (2004). *The Fraud Diamond: Considering Four Elements of Fraud. The CPA Journal, 74, 38-42. [https://doi.org/10.1016/S1361-3723\(04\)00065-X](https://doi.org/10.1016/S1361-3723(04)00065-X)*
- WELLS, Joseph T. *Fraude na Empresa: Prevenção e Detecção. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. ISBN 9789724037578*

Willsher, Richard (2007). *Um negócio arriscado*; Revista *Exame World Business*;  
Sousa, N. (2016). *A importância da Auditoria na deteção e prevenção da fraude (Doctoral dissertation)* <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/9668>



## Apêndice I – Questionário

### O contributo da Auditoria Interna para a minimização de fraude nas organizações.

O presente questionário destina-se a fins académicos e insere-se num projeto de dissertação do Mestrado em Auditoria, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). Pretende-se avaliar o contributo da Auditoria Interna na deteção e prevenção de fraudes nas organizações. As informações recolhidas são anónimas e destinam-se apenas a serem analisadas e tratadas estatisticamente para efeitos deste estudo.

Obrigado pela colaboração.



antoniocunha1989@gmail.com (não partilhado) [Mudar de conta](#)



\*Obrigatório

#### I - Dados do inquirido e da empresa

Qual é o seu género? \*

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

Qual a sua idade? \*

A sua resposta

Qual o seu nível de escolaridade? \*

- 12º ano
- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra:

Qual a sua área de formação? \*

- Auditoria
- Controlo Interno
- Contabilidade
- Gestão
- Finanças
- Economia
- Outra:

Atualmente, qual é a sua função/cargo? \*

- Diretor geral
- Diretor financeiro
- Auditor
- Contabilista
- Revisor oficial de contas
- Estudante da área de Auditoria
- Estudante da área de contabilidade
- Estagiário
- Outra:

Quantos anos de experiência possui na função/cargo selecionado na questão anterior? \*

A sua resposta

Qual o principal ou principais setor(es) de atividade da empresa onde trabalha? \*

- Consultoria/Contabilidade
- Atividades financeiras e de seguros
- Alojamento, restauração e similares
- Transporte e armazenagem
- Comércio por grosso e a retalho
- Eletricidade, gás e água
- Construção
- Indústrias transformadoras
- Indústrias extrativas
- Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca
- Saúde
- Telecomunicação
- Educação

Quantos trabalhadores possui a empresa onde trabalha? \*

A sua resposta

Qual o volume de negócio (em milhões de euros) da empresa em que trabalha? \*

A sua resposta

A empresa onde trabalha atua maioritariamente no mercado: \*

- Nacional
- Internacional
- Nacional e Internacional

## II - Auditoria interna

Existe um departamento de auditoria interna na empresa onde trabalha? \*

- Sim  
 Não  
 Não sei

Na organização onde trabalha, em que áreas atua a auditoria interna? \*

- Gestão de riscos  
 Financeira  
 Operacional  
 Qualidade  
 Conformidade  
 Outra:

Considerando a escala 1- Discordo completamente, 2- Discordo, 3- Não concordo nem discordo, 4-Concordo, 5- Concordo completamente, assinale o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

	1	2	3	4	5
A auditoria interna contribui para a criação de valor para as organizações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A independência do auditor interno permite concluir sobre o desempenho da administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O acesso direto aos gestores e à administração permite ao auditor interno concluir sobre a eficácia dos mesmos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O acesso direto aos gestores e à administração permite ao auditor interno concluir sobre a eficiência dos mesmos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As informações prestadas pela atividade da auditoria interna têm influência no processo de tomada de decisão de uma organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A auditoria interna contribui					



para a deteção dos riscos de fraude nas organizações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A auditoria interna contribui para a prevenção dos riscos de fraude nas organizações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A auditoria interna permite minimizar os riscos de fraude nas organizações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A auditoria interna constitui uma função de apoio à gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A auditoria interna auxilia as empresas na obtenção de eficiência e eficácia dos processos e recursos internos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Classifique numa escala de 1- Nada importante; 2- Pouco importante; 3- Moderadamente importante ; 4- Importante; 5- Muito importante, as seguintes afirmações relativamente à função da auditoria interna numa organização.

	1	2	3	4	5
Identificar os riscos de negócio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gerir os riscos de negócio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoiar os órgãos de gestão na planificação estratégica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mitigar a ocorrência de fraude na organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhar a implementação das ações corretivas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuir para a criação de valor para a organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### III - O controlo interno

De que forma o controlo interno é aplicado na organização onde trabalha? \*

- Formalmente, seguindo um manual de procedimentos
- Informalmente, sem seguir um manual de procedimentos

Na organização onde trabalha, quais são as técnica(s) de controlo(s) usada(s) \*

- Controlos preventivos
- Controlos detetivos
- Controlos diretivos
- Controlos corretivos
- Controlos compensatórios
- Outra:

Na organização onde trabalha, o sistema do controlo interno está associado a: \*

- Revisão dos controlos operacionais
- Revisão dos processos de sistema de informação
- Garantir a confiança da informação financeira
- Garantir a integridade da informação financeira
- Garantir a confiança da informação operacional
- Garantir a integridade da informação operacional
- Garantir a eficiência das operações
- Garantir a segurança da informação
- Garantir a proteção dos ativos da empresa
- Garantir salvaguarda das transacções
- Outra:

Considerando a escala 1- Discordo completamente, 2- Discordo, 3- Não concordo nem discordo, 4-Concordo, 5- Concordo completamente, assinale o seu grau de concordância com as seguintes afirmações: \*

	1	2	3	4	5
O controlo interno é fundamental para os trabalhos da auditoria interna	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O ambiente de controlo constitui a base para criação de qualquer sistema de controlo interno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A atividade de controlo engloba políticas, procedimentos e práticas estabelecidas pela organização para garantir que as diretrizes do órgão de gestão são levados a efeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Toda a informação relevante deve circular a todos os níveis da empresa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Toda informação relevante deve					

ser comunicada atempadamente a todos os intervenientes nos processos decisivos da organização.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A monitorização dos controlos permite à organização avaliar o funcionamento de todos os componentes do seu sistema de controlo interno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O controlo interno ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraude	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O controlo interno contribui para o crescimento das organizações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O controlo interno contribui para a sobrevivência das organizações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Lei Sarbanes Oxley contribui para a melhoria do processo de controlo interno das empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Lei Sarbanes Oxley aumenta a confiabilidade das demonstrações financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Lei Sarbanes Oxley protege os investidores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O controlo interno fornece uma garantia quanto à criação de valor para a organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O controlo interno fornece uma garantia quanto à criação de valor para a organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

#### IV - Fraude e gestão de risco

Na sua opinião, quais são as razões que levam os gestores/colaboradores de uma organização a cometerem fraude?

	Gestores	Colaboradores
Pressão/Incentivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atitude/Racionalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Oportunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Arrogância	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras razões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quais são os riscos a que a organização onde trabalha está exposta? \*

- Riscos relacionados com o ambiente empresarial
- Riscos relacionados com o processo de negócio
- Riscos relacionados com o processo de gestão dos ativos
- Riscos relacionados com informação
- Outra:

Quais são as ferramentas de gestão de risco usadas na sua organização? \*

- Norma ISO 31000
- COSO – ERM- Integrating with Strategy and Performance
- Outra:

Considerando a escala 1- Discordo completamente, 2- Discordo, 3- Não concordo \*  
nem discordo, 4-Concordo, 5- Concordo completamente, assinale o seu grau de  
concordância com as seguintes afirmações relativamente às vantagens da  
implementação da Norma ISO 31000 numa organização:

	1	2	3	4	5
Encorajar a gestão proativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificar as oportunidades e ameaças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar os relatos obrigatórios e voluntários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar os controlos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Afetar e utilizar os recursos no tratamento do risco de forma eficaz	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabelecer uma base fiável para tomada de decisões e planeamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cumprir as obrigações legais e regulamentares e normas internacionais aplicáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar a prevenção de perdas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhorar a gestão de incidentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Melhorar a resiliência organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Definir o contexto de análise do risco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificar, caracterizar e avaliar o impacto da sua ocorrência do risco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Analisar as vulnerabilidades dos ativos críticos e das ameaças específicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliar riscos através da probabilidade esperada e o impacto decorrente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tratar os riscos identificando e priorizando ações para reduzi-los	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Supervisionar e analisar os resultados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Considerando a escala 1- Discordo completamente, 2- Discordo, 3- Não concordo \* nem discordo, 4-Concordo, 5- Concordo completamente, assinale o seu grau de concordância com as seguintes afirmações relativamente às vantagens da implementação do COSO- Enterprise Risk Management – Integrated with Strategy and Performance numa organização:

	1	2	3	4	5
Identificar eventos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliar riscos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Definir o grau de apetência ao risco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Determinar o nível de tolerância ao risco para designar o nível de variação aceitável no alcance de um certo objetivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabelecer processos que permeiam toda a organização no sentido de identificar possíveis eventos que possam afetar a organização e gerir riscos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fornecer uma garantia razoável quanto ao alcance dos objetivos da organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Monitorizar de forma contínua os riscos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## Apêndice II – Tabela de Concordâncias

Afirmação	Hipótese	Total de respostas	Respostas Concordantes	Porcentagem de Concordância	Ponderação	Valor final	Taxa de confirmação		
A auditoria interna contribui para a criação de valor para as organizações	H1	104	92	88,46%	6,25%	5,53%	27,79%		
A independência do auditor interno permite concluir sobre o desempenho da administração		104	84	80,77%	6,25%	5,05%			
O acesso direto aos gestores e à administração permite ao auditor interno concluir sobre a eficácia dos mesmos		104	83	79,81%	6,25%	4,99%			
O acesso direto aos gestores e à administração permite ao auditor interno concluir sobre a eficiência dos mesmos		104	80	76,92%	6,25%	4,81%			
As informações prestadas pela atividade da auditoria interna têm influência no processo de tomada de decisão de uma organização		104	91	87,50%	6,25%	5,47%			
A auditoria interna contribui para a detecção dos riscos de fraude nas organizações		104	92	88,46%	6,25%	5,53%			
A auditoria interna contribui para a prevenção dos riscos de fraude nas organizações		104	94	90,38%	6,25%	5,65%			
A auditoria interna permite minimizar os riscos de fraude nas organizações		104	91	87,50%	6,25%	5,47%			
A auditoria interna constitui uma função de apoio à gestão		104	94	90,38%	6,25%	5,65%			
A auditoria interna auxilia as empresas na obtenção de eficiência e eficácia dos processos e recursos internos		104	91	87,50%	6,25%	5,47%			
Identificar os riscos de negócio		104	87	83,65%	6,25%	5,23%			
Gerir os riscos de negócio		103	72	69,90%	6,25%	4,37%			
Apoiar os órgãos de gestão na planificação estratégica		103	79	76,70%	6,25%	4,79%			
Mitigar a ocorrência de fraude na organização		104	85	81,73%	6,25%	5,11%			
Acompanhar a implementação das ações corretivas		104	86	82,69%	6,25%	5,17%			
Contribuir para a criação de valor para a organização		104	85	81,73%	6,25%	5,11%			
Subtotal						83,38%			
O controlo interno é fundamental para os trabalhos da auditoria interna	H2	93	82	88,17%	7,14%	6,30%	27,60%		
O ambiente de controlo constitui a base para criação de qualquer sistema de controlo interno		93	82	88,17%	7,14%	6,30%			
A avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão		93	68	73,12%	7,14%	5,22%			
A atividade de controlo engloba políticas, procedimentos e práticas estabelecidas pela organização para garantir que as diretrizes do órgão de gestão são levados a efeito		93	81	87,10%	7,14%	6,22%			
Toda a informação relevante deve circular a todos os níveis da empresa		93	70	75,27%	7,14%	5,38%			
Toda a informação relevante deve ser comunicada atempadamente a todos os intervenientes nos processos decisivos da organização.		93	83	89,25%	7,14%	6,37%			
A monitorização dos controlos permite à organização avaliar o funcionamento de todos os componentes do seu SCI		93	81	87,10%	7,14%	6,22%			
O controlo interno ajuda as organizações na mitigação dos riscos de fraude		93	85	91,40%	7,14%	6,53%			
O controlo interno contribui para o crescimento das organizações		93	79	84,95%	7,14%	6,07%			
O controlo interno contribui para a sobrevivência das organizações		93	75	80,65%	7,14%	5,76%			
A Lei Sarbanes Oxley contribui para a melhoria do processo de controlo interno das empresas		93	74	79,57%	7,14%	5,68%			
A Lei Sarbanes Oxley aumenta a confiabilidade das demonstrações financeiras		93	73	78,49%	7,14%	5,61%			
A Lei Sarbanes Oxley protege os investidores contra os riscos de fraude.		93	70	75,27%	7,14%	5,38%			
O controlo interno fornece uma garantia quanto à criação de valor para a organização		93	75	80,65%	7,14%	5,76%			
Subtotal						82,80%			
Encorajar a gestão proativa	H3	104	87	83,65%	4,35%	3,64%	27,09%		
Identificar as oportunidades e ameaças		104	87	83,65%	4,35%	3,64%			
Melhorar os relatos obrigatórios e voluntários		104	81	77,88%	4,35%	3,39%			
Melhorar os controlos		104	87	83,65%	4,35%	3,64%			
Afetar e utilizar os recursos no tratamento do risco de forma eficaz		104	84	80,77%	4,35%	3,51%			
Estabelecer uma base fiável para tomada de decisões e planeamento		104	87	83,65%	4,35%	3,64%			
Cumprir as obrigações legais e regulamentares e normas internacionais aplicáveis		104	84	80,77%	4,35%	3,51%			
Melhorar a prevenção de perdas		104	80	76,92%	4,35%	3,34%			
Melhorar a gestão de incidentes		104	84	80,77%	4,35%	3,51%			
Melhorar a resiliência organizacional		104	83	79,81%	4,35%	3,47%			
Definir o contexto de análise do risco		104	86	82,69%	4,35%	3,60%			
Identificar, caracterizar e avaliar o impacto da ocorrência do risco		104	84	80,77%	4,35%	3,51%			
Analisar as vulnerabilidades dos ativos críticos e das ameaças específicas		104	83	79,81%	4,35%	3,47%			
Avaliar riscos através da probabilidade esperada e o impacto decorrente		104	83	79,81%	4,35%	3,47%			
Tratar os riscos identificando e priorizando ações para reduzi-los		104	83	79,81%	4,35%	3,47%			
Supervisionar e analisar os resultados		104	81	77,88%	4,35%	3,39%			
Identificar eventos		104	86	82,69%	4,35%	3,60%			
Avaliar riscos		104	89	85,58%	4,35%	3,72%			
Definir o grau de apetência ao risco		104	84	80,77%	4,35%	3,51%			
Determinar o nível de tolerância ao risco para designar o nível de variação aceitável no alcance de um certo objetivo		104	85	81,73%	4,35%	3,55%			
Estabelecer processos que permeiam toda a organização no sentido de identificar possíveis eventos que possam afetar a organização e gerir riscos		104	87	83,65%	4,35%	3,64%			
Fornecer uma garantia razoável quanto ao alcance dos objetivos da organização		104	80	76,92%	4,35%	3,34%			
Monitorizar de forma contínua os riscos		104	89	85,58%	4,35%	3,72%			
Subtotal						81,27%			
<b>Total</b>						<b>82,47%</b>			